

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
E NOTAS EXPLICATIVAS  
**2016**

## BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>DISPONÍVEL</b>	5	<b>2.099</b>	<b>171</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	10	<b>72.882</b>	<b>71.988</b>
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>5.436.403</b>	<b>4.950.759</b>	Gestão Previdencial		66.273	65.608
Gestão Previdencial	6	34.068	78.639	Gestão Administrativa		1.964	1.583
Gestão Administrativa	7	1.591	2.223	Investimentos		4.645	4.797
Investimentos	8	5.400.744	4.869.897	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	11.2	<b>25.836</b>	<b>23.061</b>
Fundos de Investimento		5.095.946	4.566.604	Gestão Previdencial		23.824	21.049
Derivativos		-	837	Gestão Administrativa		61	61
Investimentos Imobiliários		78.285	78.685	Investimentos		1.951	1.951
Empréstimos e Financiamentos		53.227	50.495	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>5.356.264</b>	<b>4.868.768</b>
Depósitos Judiciais / Recursais		19	19	Patrimônio de Cobertura do Plano		5.070.941	4.615.755
Outros Realizáveis		173.267	173.257	Provisões Matemáticas	12	4.792.488	4.432.689
<b>PERMANENTE</b>	9	<b>16.480</b>	<b>12.887</b>	Benefícios Concedidos		2.000.820	1.696.956
Imobilizado		15.373	11.399	Benefícios a Conceder		2.900.851	2.843.478
Intangível		1.107	1.488	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(109.183)	(107.745)
				Equilíbrio Técnico	13	278.453	183.066
				Resultados Realizados		278.453	183.066
				Superávit Técnico Acumulado		278.453	183.066
				Fundos	14	285.323	253.013
				Fundos Previdenciais		179.276	159.542
				Fundos Administrativos		100.641	89.047
				Fundos dos Investimentos		5.406	4.424
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	-	<b>5.454.982</b>	<b>4.963.817</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	-	<b>5.454.982</b>	<b>4.963.817</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

DESCRIÇÃO		31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
	<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>4.868.768</b>	<b>4.629.518</b>	<b>5</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>908.119</b>	<b>488.323</b>	<b>86</b>
(+)	Contribuições Previdenciais	309.169	224.150	38
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencia	562.181	236.013	138
(+)	Receitas Administrativas	22.388	17.255	30
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	13.399	10.329	30
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	982	576	70
	<b>2. Destinações</b>	<b>(420.623)</b>	<b>(249.073)</b>	<b>69</b>
(-)	Benefícios	(393.655)	(208.941)	88
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencia	(2.775)	(13.947)	(80)
(-)	Despesas Administrativas	(24.193)	(26.124)	(7)
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(61)	(100)
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>487.496</b>	<b>239.250</b>	<b>104</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	359.799	244.904	47
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	95.387	81.626	17
(+/-)	Fundos Previdenciais	19.734	(89.255)	(122)
(+/-)	Fundos Administrativos	11.594	1.399	729
(+/-)	Fundos dos Investimentos	982	576	70
	<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>5.356.264</b>	<b>4.868.768</b>	<b>10</b>

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO PSI BD (CNPB 1980001618)

DESCRIÇÃO		31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>1.895.817</b>	<b>1.834.303</b>	<b>3</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>277.030</b>	<b>172.461</b>	<b>61</b>
(+)	Contribuições	36.431	33.720	8
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	240.599	134.293	79
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	4.448	(100)
	<b>2. Destinações</b>	<b>(127.353)</b>	<b>(110.947)</b>	<b>15</b>
(-)	Benefícios	(126.363)	(110.158)	15
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(37)	-	-
(-)	Custeio Administrativo	(953)	(789)	21
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>149.677</b>	<b>61.514</b>	<b>143</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	97.426	146.565	(34)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	52.251	(85.051)	(161)
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>2.045.494</b>	<b>1.895.817</b>	<b>8</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>48.828</b>	<b>42.828</b>	<b>14</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	45.701	40.258	14
(+/-)	Fundos dos Investimentos	3.127	2.570	22

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO PSII BD (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO		31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>1.054.738</b>	<b>1.030.762</b>	<b>2</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>248.655</b>	<b>93.566</b>	<b>166</b>
(+)	Contribuições	124.104	54.429	128
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	124.551	39.137	218
	<b>2. Destinações</b>	<b>(64.708)</b>	<b>(69.590)</b>	<b>(7)</b>
(-)	Benefícios	(60.816)	(49.972)	22
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.738)	(18.395)	(85)
(-)	Custeio Administrativo	(1.154)	(1.223)	(6)
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>183.947</b>	<b>23.976</b>	<b>667</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	124.082	(53.399)	(332)
(+/-)	Fundos Previdenciais	16.729	(89.300)	(119)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	43.136	166.675	(74)
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.238.685</b>	<b>1.054.738</b>	<b>17</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>14.845</b>	<b>14.118</b>	<b>5</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	14.684	14.016	5
(+/-)	Fundos dos Investimentos	161	102	58

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO PSII CD (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO		31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>1.824.741</b>	<b>1.675.975</b>	<b>9</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>353.342</b>	<b>205.662</b>	<b>72</b>
(+)	Contribuições	156.311	143.079	9
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	197.031	62.583	215
	<b>2. Destinações</b>	<b>(212.045)</b>	<b>(53.878)</b>	<b>294</b>
(-)	Benefícios	(206.475)	(48.811)	323
(-)	Custeio Administrativo	(5.570)	(5.067)	10
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>141.297</b>	<b>151.784</b>	<b>(7)</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	138.291	151.738	(9)
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.006	46	6.435
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.966.038</b>	<b>1.824.741</b>	<b>8</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>42.375</b>	<b>36.525</b>	<b>16</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	40.257	34.773	16
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.118	1.752	21

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO PSI BD (CNPB 1980001618)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>2.101.599</b>	<b>1.945.411</b>	<b>8</b>
Disponível	329	14	2.250
Recebível	52.262	56.919	(8)
Investimento	2.049.008	1.888.478	9
Fundos de Investimento	1.873.745	1.714.546	9
Investimentos Imobiliários	49.477	49.729	(1)
Empréstimos e Financiamentos	24.911	23.330	7
Depósitos Judiciais / Recursais	4	4	-
Outros Realizáveis	100.871	100.869	-
<b>2. Obrigações</b>	<b>(7.277)</b>	<b>(6.766)</b>	<b>8</b>
Operacional	(4.285)	(3.810)	12
Contingencial	(2.992)	(2.956)	1
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>(48.828)</b>	<b>(42.828)</b>	<b>14</b>
Fundos Administrativos	(45.701)	(40.258)	14
Fundos dos Investimentos	(3.127)	(2.570)	22
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>2.045.494</b>	<b>1.895.817</b>	<b>8</b>
Provisões Matemáticas	2.135.608	2.038.182	5
Superávit/Déficit Técnico	(90.114)	(142.365)	(37)
Fundos Previdenciais	-	-	-
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>(69.865)</b>	<b>(109.520)</b>	<b>(36)</b>
a) Equilíbrio Técnico	(90.114)	(142.365)	(37)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	20.249	32.845	(38)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(69.865)	(109.520)	(36)

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO PSII BD (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>1.289.609</b>	<b>1.101.646</b>	<b>17</b>
Disponível	266	9	2.856
Recebível	26.541	31.793	(17)
Investimento	1.262.802	1.069.844	18
Fundos de Investimento	1.240.734	1.047.782	18
Derivativos	-	419	(100)
Investimentos Imobiliários	5.715	5.744	(1)
Empréstimos e Financiamentos	1.914	1.460	31
Outros Realizáveis	14.439	14.439	-
<b>2. Obrigações</b>	<b>(36.079)</b>	<b>(32.790)</b>	<b>10</b>
Operacional	(13.849)	(13.298)	4
Contingencial	(22.230)	(19.492)	14
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>(14.845)</b>	<b>(14.118)</b>	<b>5</b>
Fundos Administrativos	(14.684)	(14.016)	5
Fundos dos Investimentos	(161)	(102)	58
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>1.238.685</b>	<b>1.054.738</b>	<b>17</b>
Provisões Matemáticas	705.701	581.619	21
Superávit/Déficit Técnico	368.566	325.430	13
Fundos Previdenciais	164.418	147.689	11
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>368.566</b>	<b>325.430</b>	<b>13</b>
a) Equilíbrio Técnico	368.566	325.430	13
b) (+/-) Ajuste de Precificação	17.604	19.051	(8)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b) <sup>1</sup>	368.566	325.430	13

<sup>1</sup> Nota 13.2. Uma vez que o plano não terá destinação de Superávit, o ajuste de precificação não é aplicável conforme definido na Resolução CGPC 26/08.

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO PSII CD (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>2.063.322</b>	<b>1.917.565</b>	<b>8</b>
Disponível	1.425	64	2.127
Recebível	57.363	81.326	(29)
Investimento	2.004.534	1.836.175	9
Fundos de Investimento	1.897.058	1.728.877	10
Derivativos	-	418	(100)
Investimentos Imobiliários	23.094	23.212	(1)
Empréstimos e Financiamentos	26.403	25.705	3
Depósitos Judiciais / Recursais	14	14	-
Outros Realizáveis	57.965	57.949	-
<b>2. Obrigações</b>	<b>(54.909)</b>	<b>(56.299)</b>	<b>(2)</b>
Operacional	(54.356)	(55.746)	(2)
Contingencial	(553)	(553)	-
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>(42.375)</b>	<b>(36.525)</b>	<b>16</b>
Fundos Administrativos	(40.257)	(34.773)	16
Fundos dos Investimentos	(2.118)	(1.752)	21
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>1.966.038</b>	<b>1.824.741</b>	<b>8</b>
Provisões Matemáticas	1.951.180	1.812.888	8
Fundos Previdenciais	14.858	11.853	25

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA) EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO ADMINISTRATIVO (PGA)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>89.047</b>	<b>87.648</b>	<b>2</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>35.787</b>	<b>27.584</b>	<b>30</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>35.787</b>	<b>27.584</b>	<b>30</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7.677	7.079	8
Custeio Administrativo dos Investimentos	8.004	8.154	(2)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.206	1.118	8
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	13.399	10.329	30
Outras Receitas	5.501	904	509
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(24.193)</b>	<b>(26.124)</b>	<b>(7)</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>(11.082)</b>	<b>(11.605)</b>	<b>(5)</b>
Pessoal e Encargos	(6.787)	(7.010)	(3)
Treinamentos / congressos e seminários	(176)	(130)	35
Viagens e estadias	(172)	(148)	16
Serviços de terceiros	(1.582)	(2.175)	(27)
Despesas gerais	(628)	(616)	2
Depreciações e amortizações	(683)	(667)	2
Tributos	(1.054)	(859)	23
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>(12.034)</b>	<b>(13.044)</b>	<b>(8)</b>
Pessoal e encargos	(7.426)	(8.027)	(7)
Treinamentos / congressos e seminários	(178)	(138)	29
Viagens e estadia	(200)	(230)	(13)
Serviços de terceiros	(2.083)	(2.698)	(23)
Despesas Gerais	(620)	(623)	-
Depreciações e amortizações	(472)	(466)	1
Tributos	(1.055)	(862)	22
<b>2.4 Outras Despesas</b>	<b>(1.077)</b>	<b>(1.475)</b>	<b>(27)</b>
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>-</b>	<b>(61)</b>	<b>(100)</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>11.594</b>	<b>1.399</b>	<b>729</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>11.594</b>	<b>1.399</b>	<b>729</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>100.641</b>	<b>89.047</b>	<b>13</b>

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO PSI BD (CNPB 1980001618)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.055.899</b>	<b>1.905.153</b>	<b>8</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>2.135.609</b>	<b>2.038.182</b>	<b>5</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>1.375.665</b>	<b>1.189.181</b>	<b>16</b>
Benefício Definido	1.375.665	1.189.181	16
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>869.127</b>	<b>956.746</b>	<b>(9)</b>
Benefício Definido	869.127	956.746	(9)
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>(109.183)</b>	<b>(107.745)</b>	<b>1</b>
(-) Déficit equacionado	(109.183)	(107.745)	1
(-) Patrocinador(es)	(54.592)	(53.872)	1
(-) Participantes	(24.704)	(28.135)	(12)
(-) Assistidos	(29.887)	(25.738)	16
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(90.114)</b>	<b>(142.365)</b>	<b>(37)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(90.114)</b>	<b>(142.365)</b>	<b>(37)</b>
(-) Déficit técnico acumulado	(90.114)	(142.365)	(37)
<b>3. Fundos</b>	<b>3.127</b>	<b>2.570</b>	<b>22</b>
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	3.127	2.570	22
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>4.285</b>	<b>3.810</b>	<b>12</b>
4.1. Gestão Previdencial	1.647	1.055	56
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.638	2.755	(4)
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>2.992</b>	<b>2.956</b>	<b>1</b>
5.1 Gestão Previdencial	1.734	1.697	2
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	1.258	1.259	-

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO PSII BD (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.274.925</b>	<b>1.087.630</b>	<b>17</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>705.701</b>	<b>581.619</b>	<b>21</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>625.155</b>	<b>507.775</b>	<b>23</b>
Benefício Definido	625.155	507.775	23
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>80.546</b>	<b>73.844</b>	<b>9</b>
Benefício Definido	80.546	73.844	9
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>368.567</b>	<b>325.430</b>	<b>13</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>368.567</b>	<b>325.430</b>	<b>13</b>
Superávit técnico acumulado	368.567	325.430	13
Reserva de contingência	158.783	136.680	16
Reserva para revisão de plano	209.784	188.750	11
<b>3. Fundos</b>	<b>164.578</b>	<b>147.791</b>	<b>11</b>
3.1. Fundos Previdenciais	164.417	147.689	11
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	161	102	58
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>13.849</b>	<b>13.298</b>	<b>4</b>
4.1. Gestão Previdencial	13.429	12.923	4
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	420	375	12
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>22.230</b>	<b>19.492</b>	<b>14</b>
5.1 Gestão Previdencial	22.090	19.352	14
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	140	140	-

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO/2016 - Valores Expressos em Reais Mil

## PLANO PSII CD (1998007774)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.023.064</b>	<b>1.882.792</b>	<b>7</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.951.179</b>	<b>1.812.888</b>	<b>8</b>
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>1.951.179</b>	<b>1.812.888</b>	<b>8</b>
Contribuição Definida	1.951.179	1.812.888	8
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	549.405	470.645	17
Saldo de contas - parcela participantes	1.401.774	1.342.243	4
<b>3. Fundos</b>	<b>16.977</b>	<b>13.605</b>	<b>25</b>
3.1. Fundos Previdenciais	14.859	11.853	25
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	2.118	1.752	21
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>54.355</b>	<b>55.746</b>	<b>(2)</b>
4.1. Gestão Previdencial	52.653	53.978	(2)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.702	1.768	(4)
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>553</b>	<b>553</b>	<b>-</b>
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	553	553	-

As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Walter de Carvalho Parente  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

Tatiana Rios dos Santos Gelain  
Contadora CRC RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
Atuária MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Exercícios de 2016 e 2015

*(Valores expressos em milhares de reais)*

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serpros Fundo Multipatrocinado, criado em outubro de 1977, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de personalidade jurídica de direito privado, patrocinado pelo Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados e pelo próprio Serpros, com a finalidade de prover planos de previdência complementar, para os participantes das patrocinadoras, conforme disposto em seu Estatuto, nos Regulamentos dos planos de benefícios e na legislação vigente.

Para resguardar os direitos dos participantes e dos assistidos, com base nos incisos I e II do art. 44 da Lei Complementar 109/01, foi decretada a intervenção no Serpros pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 241, de 05 de maio de 2015, que foi prorrogada pela Portaria nº 587, de 28 de outubro de 2015. Em vista desses fatos, em 28/04/16, novos administradores assumiram a gestão da entidade. No entanto, em setembro de 2016, por meio da Portaria nº 401, de 05 de setembro de 2016, foi decretada uma nova intervenção, a partir daquela data, que, por sua vez, foi prorrogada pela Portaria nº 170, de 02 de março de 2017. As nomeações do interventor (Walter de Carvalho Parente) relativamente a essas intervenções se deram por meio das portarias nº 242, de 06 de maio de 2015, e nº 402, de 05 de setembro de 2016.

#### 2. PLANOS ADMINISTRADOS

O **Plano SERPRO I – PSI**, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujos benefícios têm seu valor ou nível previamente estabelecidos e sendo o custeio determinado atuarialmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC sob o nº 1980001618. Este Plano está fechado a novas adesões desde 1996, com posterior implantação do Plano SERPRO II e opção de migração. Em 1º de abril de 2013 foi saldado.

O **Plano SERPRO II – PSII BD e PSII CD**, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC sob o nº 1998007774.

O **Plano de Gestão Administrativa – PGA** foi criado com a finalidade de controlar as operações administrativas, em conformidade com seu regulamento que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade do Serpros.

##### 2.1. Dados Previdenciários – Estatística de participantes, assistidos e dependentes

Quantidade em 31 de dezembro de 2016:

<b>Plano SERPRO I – PSI</b>	<b>Plano SERPRO II – PSII</b>
Saldados: 2.520	Ativos: Incluindo Migrados: 5.772
Autopatrocinaados: 23	Ativos: Oriundos do PS-I Saldado: 2.053
Auxílio Doença/Acidente de Trabalho: 10	Autopatrocinaados: 39
Aposentadoria programada: 2.442	Auxílio Doença: 45
Invalidez: 455	Aposentadoria programada: 378
Pensão por Morte: 593	Invalidez: 70
Pecúlio por Morte: 43	Pensão por Morte: 92
Beneficiários de Pensão: 685	Pecúlio por Morte: 10
Total Dependentes: 10.914	Beneficiários de Pensão: 130
	Total Dependentes: 14.352

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas, principalmente, na legislação das entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pelos órgãos reguladores e observam as seguintes normas: Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e suas alterações, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações.

De acordo com a Resolução CNPC 08/11, são apresentadas as seguintes demonstrações contábeis, respectivamente com à finalidade de evidenciar:

- **Balanco Patrimonial** (Consolidada) - os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS** (Consolidada) - as modificações ocorridas no patrimônio social dos planos.
- **Demonstração do Ativo Líquido - DAL** (Por plano de benefícios) - a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL** (Por plano de benefícios) - as mutações ocorridas no ativo líquido ao final do exercício.
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA** (Consolidada) - o resultado das atividades administrativas da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- **Demonstração das Provisões Técnicas - DPT** (Por plano de benefícios) - a composição das provisões técnicas.

As demonstrações contábeis consolidadas são aquelas resultantes do processo de integração das demonstrações contábeis por plano, estabelecidas pela legislação em vigor.

As demonstrações contábeis e os quadros das notas explicativas estão apresentados em milhares de reais e as rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Serpros são apresentadas a seguir:

#### 4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Estão classificados, entre outros valores, os recursos a receber das suas patrocinadoras Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados e Serpros, de seus participantes, de forma paritária, e dos autopatrocinados, efetuados em conformidade com os planos de custeio e com os contratos firmados com a patrocinadora.

Encontram-se, também, os depósitos judiciais/recursais efetuados em cumprimento de decisão judicial para garantia das ações referentes aos expurgos inflacionários, restabelecimento da filiação ao plano de previdência complementar e diferenças de suplementação de aposentadoria decorrentes das diferenças pleiteadas junto ao Serpro.

#### 4.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da entidade e a participação dos planos de benefícios no fundo administrativo prevista no regulamento do PGA.

##### 4.2.1 Custeio Administrativo

O custeio administrativo representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos custos administrativos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos. Anualmente as fontes são revisadas, visando garantir a gestão administrativa por meio de um fluxo de recurso sustentável, de forma a manter a perenidade administrativa dos planos de benefícios. Foram aprovadas para o exercício de 2016, pelo interventor, as seguintes fontes de custeio: (a) fundo administrativo; (b) taxa de carregamento sobre as contribuições; e (c) resultado dos investimentos.

#### 4.2.2. Despesas Administrativas

A divulgação das despesas administrativas do exercício, atendendo aos requisitos legais do artigo 13 da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, apresenta informações sobre os gastos com pessoal, serviços de terceiros e outros encargos administrativos realizados para a manutenção das entidades no período.

Os critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas estão previstos no regulamento do PGA, conforme determina a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar. O critério qualitativo para o exercício de 2016 teve como premissa à justificativa da despesa a ser realizada e sua adequação aos resultados. Ficou estabelecido como meta para os indicadores de gestão: despesas administrativas sobre o fluxo previdenciário de até 9% e rentabilidade da cota (PSII) e equilíbrio atuarial (PSI) nos percentuais definidos nas Políticas de Investimento.

As despesas foram segregadas contabilmente entre a gestão previdencial e investimentos. As despesas diretas foram alocadas de acordo com a estrutura de centros de custos em 100% do seu valor. As indiretas foram rateadas e contabilizadas nos respectivos centros de custos (gerências e projetos) utilizando o critério de quantidade de funcionários por gerência.

#### 4.3. INVESTIMENTOS

Em 2016 foram aprovadas pelo interventor as revisões das Políticas de Investimento, em vigor a partir de 25/04/2016, tendo validade de abril de 2016 a dezembro de 2020. As Políticas de Investimento foram elaboradas visando atingir e preservar o equilíbrio atuarial, a segurança e a solvência dos planos de benefícios, estabelecendo os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos investimentos dos recursos correspondentes às respectivas reservas técnicas, fundos e provisões. Para a sua elaboração foram consideradas a Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a Resolução BACEN nº 4.449, de 20 de novembro de 2015, Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e respectivas alterações, a Resolução CGPC nº 07, de 4 de dezembro de 2003, e alterações posteriores, a Instrução PREVIC nº 02, de 18 de maio de 2010 e Instrução PREVIC nº 06, de 14 de dezembro de 2011.

A entidade possui, também, um Comitê de Aplicações (CAP) de natureza consultiva e de caráter permanente, sendo diretamente subordinado à diretoria executiva a fim de subsidiá-la na tomada de decisão das estratégias de investimentos e na execução das Políticas de Investimento a ser submetida e aprovada pelo conselho deliberativo.

##### 4.3.1. Fundos de Investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. A avaliação das cotas dos Fundos de Investimento deve observar a legislação estabelecida pela CVM. A diferença apurada entre o valor contábil e avaliação mencionada é registrada em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida o resultado “Rendas/Variações positivas” ou “Rendas/Variações negativas”. Os montantes relativos a estes fundos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das demonstrações contábeis.

##### 4.3.2. Investimentos Imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção e são ajustados pelos valores indicados em laudos de avaliação a mercado, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos, a cada três anos. O resultado apurado nas avaliações desses investimentos é contabilizado como despesa ou receita, se negativa ou positiva, respectivamente. As depreciações foram calculadas pelo método linear, de acordo com o tempo de vida útil remanescente. Os valores a receber, a título de aluguéis, foram atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

##### 4.3.4. Operações com participantes (Empréstimos e Financiamentos)

São operações de empréstimos e financiamentos com os participantes. Seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data do encerramento das demonstrações contábeis. As operações estão sujeitas à provisão para crédito de liquidação duvidosa, nos mesmos critérios definidos no item 4.10, sobre os valores vencidos e vincendos.

#### 4.4. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

As depreciações foram calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens em razão do tempo de vida útil, como segue: Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos - 10% ao ano e Equipamentos de Informática e Veículos - 20% ao ano.

No Ativo Intangível são registrados os gastos com desenvolvimento de software e reorganização, sendo amortizado à taxa de 20% ao ano.

#### 4.5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão classificadas as obrigações decorrentes das operações da entidade, subdivididas em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

#### 4.6. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

São classificados e divulgados em conformidade com o Código de Pronunciamento Técnico Contábil (CPC) 25, de setembro de 2009.

Para o registro do ativo contingente o Serpros se utiliza dos seguintes conceitos: (i) Praticamente Certo – reflete uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ter ocorrido. A certeza advém de situações cujo controle está com a administração da entidade e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos. Neste caso, a entidade reconhece o Ativo e classifica como Ativo Contingente na nota explicativa. (ii) Provável – quando o posicionamento dominante nos tribunais é favorável à tese jurídica da entidade envolvida na demanda. Neste caso, apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente. (iii) Possível e Remota – Nestes casos, a entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da entidade envolvida na demanda, respectivamente.

No passivo contingente, registrado no grupo do exigível contingencial, estão os valores atinentes a litígios de caráter previdenciário, administrativo e investimento, com probabilidade de perda provável de desembolso, mensurados pelas assessorias jurídicas interna e externa. Nos processos em que a entidade é ré, com probabilidade de perda possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa. Quando a probabilidade de perda é remota, não há constituição de provisão, nem evidenciação em Nota Explicativa.

Os depósitos judiciais/recursais têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores que estão na fase de execução, quando a entidade é ré no processo. Os depósitos judiciais/recursais são registrados no Realizável, conforme determina a Resolução CNPC 08/11.

#### 4.7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas mensalmente e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder, trazidos a valor presente. As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no Parecer Atuarial da entidade, com aderência aos regulamentos dos respectivos planos de benefícios.

#### 4.8. EQUILÍBRIO TÉCNICO ATUARIAL

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura e as Provisões Matemáticas, o Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

#### 4.8.1. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

O Equilíbrio Técnico Ajustado é o produto do Equilíbrio Técnico acrescido do ajuste negativo (no caso de superávit) e do ajuste positivo ou negativo (no caso de déficit). A previsão do ajuste está contida nos artigos 11-A e 28-A da Resolução CGPC 26/08, considerando as modificações introduzidas pela CNPC 16/14.

A demonstração do Equilíbrio Técnico Ajustado é feita por meio da Demonstração do Ativo Líquido – DAL (item IV do Anexo B da Resolução MPS/CNPC 8/11), conforme abaixo:

##### Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

##### a) Resultado Realizado

a.1) Superávit Técnico Acumulado

a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado

##### b) Ajuste de Precificação

c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)

O item “a” corresponde ao valor do superávit ou déficit do plano apresentado no item 5 da DAL. O item “b” corresponde o ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente. O item “c” corresponde ao valor do Equilíbrio Técnico Ajustado, apurado pelo confronto dos valores apresentados no item “a” com o item “b”.

As tabelas com o acompanhamento do ajuste de precificação estão nos itens 13.1 e 13.2 das notas.

#### 4.9. FUNDOS

São registrados os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- **Fundo de Compensação Cotas Excedentes** - Destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.
- **Fundo de Cobertura Anti-Seleção de Risco** - Destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do ingresso de participantes com perfil etário/salarial discrepante daquele que serve de base para a elaboração do plano de custeio dos benefícios de risco do plano
- **Fundo de Longevidade** - Destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do aumento da expectativa de vida relativamente à experiência de mortalidade adotada na avaliação do plano de benefícios.
- **Fundo Administrativo Previdencial** - Determinado com base no excedente da apuração entre as receitas e despesas com a administração do Serpros, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos e da constituição ou reversão das contingências. Os saldos dos fundos administrativos, registrados nos planos de benefícios, referem-se as parcelas equivalentes às participações dos planos no fundo administrativo no PGA. Esse procedimento é adotado em atendimento ao item 6 do Anexo A da instrução MPS/SPC nº 34/09, que determina o registro, ao final de cada mês, nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo.
- **Fundos Investimentos - Quota de Quitação por Morte** - Constituído para garantia dos empréstimos concedidos a participantes em caso de falecimento do devedor.
- **Fundos Investimentos – Fundo de Oscilação e Risco** - Calculado sobre as prestações de empréstimos para cobrir futura inadimplência.

#### 4.10. PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em função do atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos da operação. Essas provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os direitos a receber sujeitos à provisão para liquidação duvidosa são apresentados pelo seu valor líquido.

As provisões para as perdas são constituídas segundo os critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC 34/09, apresentados abaixo:

Atrasos (em dias)		Faixa de Provisionamento
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
>361		100%

Contribuições previdenciais: somente sobre as parcelas vencidas

Como os Fundos de Investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das demonstrações contábeis, as provisões para perdas são registradas pelo administrador. No entanto, a legislação brasileira, em consonância com as normas internacionais, permite que sejam constituídas provisões para perdas dos valores da diferença entre o valor registrado e o valor recuperável, proporcionando a consistência da informação contábil, estando o ativo devidamente mensurado. Para os investimentos com evidências objetivas de riscos e incertezas de recuperabilidade, foram realizadas as provisões para perdas em 100% do valor investido.

#### 5. DISPONÍVEL

Encerramos o exercício de 2016 com a disponibilidade de R\$ 2.099 milhões em virtude do recebimento das parcelas dos Contratos com a Patrocinadora (Dotação Inicial, Lei 8.020 e Aporte – item 6.3).

#### 6. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Encerramos o exercício de 2016 com o montante de R\$ 34.068 milhões na gestão previdencial, com o seguinte detalhamento:

Descrição	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	2015
				Consolidado	Consolidado
<b>Contribuições do mês</b>	<b>1.733</b>	<b>2.316</b>	<b>11.032</b>	<b>15.081</b>	<b>17.572</b>
Patrocinadora	1.385	1.143	5.481	8.009	9.167
Participantes	339	1.143	5.521	7.003	8.368
Autopatrocinados	9	30	30	69	37
<b>Contribuições em atraso</b>	<b>79</b>	<b>87</b>	<b>390</b>	<b>556</b>	<b>22.461</b>
Patrocinadora	78	82	388	548	22.460
Autopatrocinados	1	5	2	8	1
<b>Contribuições contratadas</b>	<b>2.553</b>	<b>4.120</b>	<b>5.684</b>	<b>12.357</b>	<b>34.125</b>
Parcela a amortizar Dotação Inicial	2.546	750	3.243	6.539	20.098
Parcela a amortizar Lei 8.020	-	562	2.430	2.992	9.197
Parcela a amortizar Aporte	-	109	-	109	106
Parcela a amortizar Aporte (reintegração)	-	2.696	-	2.696	2.696
Prestação + Encargos - PCLD	7	3	11	21	2.028
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>1.914</b>	<b>1.957</b>	<b>-</b>	<b>3.871</b>	<b>3.231</b>
<b>Outros Realizáveis</b>	<b>282</b>	<b>1.921</b>	<b>-</b>	<b>2.203</b>	<b>1.250</b>
Outros	282	3.377	-	3.659	3.601
Consolidação das Demonstrações	-	(1.456)	-	(1.456)	(2.351)
<b>Total</b>	<b>6.561</b>	<b>10.401</b>	<b>17.106</b>	<b>34.068</b>	<b>78.639</b>

### 6.1. Contribuições Normais e Extraordinárias do mês

Valores a receber referente a competência de dezembro, vincendas em janeiro de 2017.

### 6.2. Contribuições em atraso Patrocinadora

O saldo de R\$ 548 mil refere-se ao total a receber líquido em 31/12/2016. O montante a receber, acrescido dos encargos previstos nos regulamentos dos planos, é de R\$ 8.545 milhões e o montante provisionado como crédito de liquidação duvidosa, em função do tempo de atraso (item 4.10), é de R\$ 7.997 milhões.

Contribuições em atraso	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	2015
Contribuição	-	-	-	-	21.352
Encargos	1.823	1.135	5.587	8.545	5.949
PCLD	(1.745)	(1.053)	(5.199)	(7.997)	(4.841)
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>82</b>	<b>388</b>	<b>548</b>	<b>22.460</b>

Em virtude dos registros de atrasos de pagamentos da patrocinadora Serpro, ocorridos entre abril de 2013 e fevereiro de 2016, foi ajuizada, no exercício de 2016, a Ação Ordinária de Cobrança nº 26272-89.2016.4.02.3400, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (atualização monetária, juros e multa).

### 6.3. Contratos com a Patrocinadora

Descrição	Dotação Inicial		Lei 8.020		Aporte	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valor contratado	52.845		44.555		111.731	
Saldo devedor atual	6.539	21.228	2.992	9.714	109	106
Prazo de amortização pactuado	240 meses		240 meses		360 meses	
Prazo de amortização restante	5 meses	17 meses	5 meses	17 meses	179 meses	191 meses
Valor das parcelas	1.327	1.236	607	566	1	1
Data de vencimento	último dia útil de cada mês					
Atualização pactuada	INPC + 6% a.a.					

- **Termo de Acordo para amortização da Dotação Inicial** – Compromisso relativo a integralização do capital inicial devido, necessário à constituição do fundo destinado à cobertura dos riscos iminentes de aposentadorias e pensões de empregados da patrocinadora Serpro, que aderiram ao plano de benefícios por ocasião da criação do Serpros.

- **Termo de Acordo para parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei 8.020/90** – Financiamento referente às diferenças de contribuição, provenientes do ajuste da taxa de contribuição da patrocinadora Serpro, devido a alteração introduzida pela Lei 8.020/90 e artigo 2º do Decreto 606/92.

- **Termo de Acordo para parcelamento do Aporte Financeiro Específico** – Aporte para a migração de participantes do plano de benefícios PSI para o plano de benefícios PSII, destinado a garantir o patrimônio necessário ao equilíbrio econômico-financeiro dos planos. Em virtude do Programa de Incentivo ao Desligamento da Patrocinadora – APA, ocorrido em 2011 e 2012, esse contrato foi amortizado antecipadamente, restando apenas o saldo de R\$ 109 a liquidar.

#### 6.3.1. Contribuições contratadas em atraso

Em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU nº 6.928/09, e dos problemas de liquidez enfrentados pelo Serpro, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Sobre essas parcelas foram registrados os encargos previstos nos respectivos contratos. Na retomada dos pagamentos, o Serpro, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União e não por sua livre iniciativa, não quitou o montante dos juros moratórios previstos. Montante esse que é atualizado mensalmente e que já está 100% provisionado para crédito de liquidação duvidosa. Também estão registrados os encargos calculados sobre as parcelas atrasadas e as provisões para crédito de liquidação duvidosa, conforme item 4.10.

O saldo de R\$ 21 mil é o montante líquido a receber em 31/12/2016, referente as contribuições contratadas em atraso, conforme tabela a seguir.

Contribuições Contratadas em atraso	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	2015
<b>Dotação Inicial</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>15</b>	<b>135</b>
Encargos	606	131	566	1.303	1.099
PCLD	(599)	(129)	(560)	(1.288)	(964)
<b>Lei 8.020</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>89</b>
Encargos	-	140	604	744	632
PCLD	-	(139)	(599)	(738)	(543)
<b>Aporte</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Encargos	-	1	-	1	1
PCLD	-	(1)	-	(1)	(1)
<b>TCU</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Encargos	322	9.182	3.082	12.586	11.034
PCLD	(322)	(9.182)	(3.082)	(12.586)	(11.034)
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>224</b>
Encargos	928	9.454	4.252	14.634	12.766
PCLD	(921)	(9.451)	(4.241)	(14.613)	(12.542)

No exercício de 2016, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (percentual de juros, taxa atuarial e atualização monetária), o Serpros ajuizou a Ação Ordinária de Cobrança nº 12357-70.2016.4.01.3400.

O saldo da Parcela a Amortizar (Reintegração), no valor de R\$ 2.696 milhões, contabilizado no Plano Serpro II, refere-se ao aporte a receber da patrocinadora Serpro em cumprimento a decisão judicial de migração de participante do plano PSI para o plano PSII. O autor da ação foi reintegrado à patrocinadora Serpro por força de decisão judicial. O Serpros foi notificado a cumprir com a obrigação de efetuar a migração e, posteriormente, foi intimado judicialmente para proceder o aporte financeiro. Portanto, em cumprimento ao estabelecido no termo de acordo para parcelamento do aporte financeiro específico, datado de 30/07/2001, registramos a obrigação do Serpro de efetuar o aporte do valor destinado a garantir o patrimônio necessário ao equilíbrio econômico-financeiro dos planos existentes no Serpros.

#### 6.4. Depósitos Judiciais/Recursais

Valores depositados judicialmente, no montante de R\$ 3.871 milhões, para a garantia de execução de ações, cujos objetos são referentes a participantes que migraram do Plano PSI para o Plano PSII e pleitearam expurgos inflacionários ou são de reintegração à patrocinadora com pedido de migração para o Plano PSII.

#### 6.5. Outros Realizáveis

Bloqueio judicial de ações de migrações do Plano PSI para o PSII no total de R\$ 1.715 milhões e outros valores a realizar.

### 7. REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	2016	2015
<b>Contribuições do mês</b>	<b>537</b>	<b>632</b>
Patrocinadora	287	331
Participantes	248	300
Autopatrocinados	2	1
<b>Contribuições em atraso</b>	<b>47</b>	<b>835</b>
Patrocinadora	43	835
Participantes	3	-
Autopatrocinados	1	-
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>195</b>	<b>-</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>25</b>	<b>19</b>
<b>Outros Realizáveis</b>	<b>787</b>	<b>737</b>
<b>Total</b>	<b>1.591</b>	<b>2.223</b>

A rubrica contribuições do mês encerrou o exercício de 2016 com o saldo a receber referente a competência de dezembro, vincendas em janeiro de 2017. Já a rubrica contribuições em atraso, o saldo refere-se ao total de encargos por atraso no repasse das contribuições do Serpro, de acordo com os regulamentos dos planos de benefícios. O montante a receber em 31/12/2016 é de R\$ 258 mil, sendo R\$ 211 mil provisionado como crédito de liquidação duvidosa, em função do tempo de atraso (item 4.10).

### 7.1. Outros Realizáveis

O montante a receber referente a multa sobre o atraso no repasse das contribuições, prevista no parágrafo único do art. 42 do regulamento do plano de benefício Plano Serpro II, é de R\$ 643 mil. O total devido em 31/12/2016 é de R\$ 3.374 milhões, sendo R\$ 2.731 milhões provisionados como crédito de liquidação duvidosa, em função do tempo de atraso (item 4.10) e outros valores a realizar. Estão classificados, também, os adiantamentos a empregados e para custeio no montante de R\$ 144 mil.

## 8. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos consolidada é composta por Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos, Depósitos Judiciais/Recursais e Outros Realizáveis e encerrou o exercício de 2016 com o montante de R\$ 5.400.744 bilhões, conforme detalhamento a seguir:

<b>Investimentos – Consolidado</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>5.095.946</b>	<b>4.566.604</b>
Ações	219.009	210.357
Multimercado	4.390.402	3.934.759
Direitos Creditórios	979	730
Participações	485.556	420.758
<b>Derivativos</b>	<b>-</b>	<b>837</b>
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>78.285</b>	<b>78.685</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>53.227</b>	<b>50.495</b>
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
<b>Outros Realizáveis</b>	<b>173.267</b>	<b>173.257</b>
<b>Total</b>	<b>5.400.744</b>	<b>4.869.897</b>

### 8.1. Fundos de Investimento

O saldo de R\$ 5.095.946 bilhões e está segregado nos segmentos de Renda Variável (Fundos de Investimento em Ações); de Renda Fixa (Fundos de Investimento Multimercado); de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios; e de Estruturados (Fundos de Investimento em Participações). Os valores investidos nesses segmentos estão alocados em Títulos Públicos e Ativos Privados, distribuídos conforme tabela a seguir.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>3.961.463</b>	<b>3.137.476</b>
NTN-C (IGP-M)	706.788	659.571
NTN-B (IPCA)	3.045.817	2.321.319
LTN-Over (Compromissadas)	208.858	156.586
<b>Ativos Privados</b>	<b>1.134.483</b>	<b>1.429.128</b>
Certificado de depósito bancário (CDB)	101.640	88.911
Letras financeiras subordinada (LFS)	31.185	29.188
Debêntures	292.252	380.865
DPGE	-	193.112
CCI	-	-
FI-RF (Hungria)	4.006	4.337
Valores a Receber/Pagar	(144)	(173)
Fundo de Investimentos em Ação - FIA	219.009	210.357
Fundo Multimercado	-	101.043
Direitos Creditórios	979	730
Estruturados - Fundo de Investimento em Participação	485.556	420.758
<b>Total</b>	<b>5.095.946</b>	<b>4.566.604</b>

### 8.1.1. Títulos para Negociação (Marcados a Mercado)

Estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	CONSOLIDADO
<b>Títulos Públicos</b>	<b>529.861</b>	<b>410.562</b>	<b>604.598</b>	<b>70.894</b>	<b>1.615.915</b>
NTN-C (IGP-M)	57.858	8.988	13.316	-	80.162
NTN-B (IPCA)	472.003	401.574	591.282	70.894	1.535.753
<b>Ativos Privados</b>	<b>24.008</b>	<b>45.165</b>	<b>58.253</b>	<b>-</b>	<b>127.426</b>
<b>Debêntures</b>	<b>24.008</b>	<b>45.165</b>	<b>58.253</b>	<b>-</b>	<b>127.426</b>
BRAZPEIXES	17.223	24.723	30.414	-	72.360
Provisão para devedores - Brazpeixes	(17.223)	(24.723)	(30.414)	-	(72.360)
GSP PROPERTIES	-	10.704	15.859	-	26.563
SPE Solair	16.233	23.301	28.665	-	68.199
X-Nice	7.775	11.160	13.729	-	32.664
<b>Total</b>	<b>553.869</b>	<b>455.727</b>	<b>662.851</b>	<b>70.894</b>	<b>1.743.341</b>

### 8.1.2. Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva)

Estão registrados os títulos e os valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo doze meses, a contar da data de aquisição, e que sejam considerados, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no país, como de baixo risco de crédito. O total dos títulos foi de R\$ 2.643.200 bilhões, a seguir demonstrado.

	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	CONSOLIDADO
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.118.254</b>	<b>489.255</b>	<b>724.516</b>	<b>13.524</b>	<b>2.345.549</b>
NTN-C (IGP-M)	626.626	-	-	-	626.626
NTN-B (IPCA)	463.583	419.487	621.473	5.522	1.510.065
LTN-Over (Compromissadas)	28.045	69.768	103.043	8.002	208.858
<b>Ativos Privados</b>	<b>64.757</b>	<b>93.852</b>	<b>139.042</b>	<b>-</b>	<b>297.651</b>
<b>Certificado de depósito bancário (CDB)</b>	<b>38.126</b>	<b>25.595</b>	<b>37.919</b>	<b>-</b>	<b>101.640</b>
Banco Itaú	38.126	25.595	37.919	-	101.640
<b>Letras financeiras subordinada (LFS)</b>	<b>-</b>	<b>12.567</b>	<b>18.618</b>	<b>-</b>	<b>31.185</b>
Banco Itaú	-	12.567	18.618	-	31.185
<b>Debêntures</b>	<b>26.631</b>	<b>55.690</b>	<b>82.505</b>	<b>-</b>	<b>164.826</b>
Inepar	10.199	14.639	18.009	-	42.847
Provisão para devedores - Inepar	(10.199)	(14.639)	(18.009)	-	(42.847)
Bingen Securitizadora	9.799	2.632	3.900	-	16.331
Provisão para devedores - Bingen	(9.799)	(2.632)	(3.900)	-	(16.331)
Elektro	9.836	3.963	5.870	-	19.669
SIFCO	14.213	20.402	25.098	-	59.713
Provisão para devedores - SIFCO	(14.213)	(20.402)	(25.098)	-	(59.713)
Brazpeixes	-	-	-	-	-
Provisão para devedores - Brazpeixes	-	-	-	-	-
BR FOOD	27.340	39.244	48.278	-	114.862
Provisão para devedores - BR FOOD	(27.340)	(39.244)	(48.278)	-	(114.862)
GSP PROPERTIES	-	-	-	-	-
SPE Solair	-	-	-	-	-
Rodovias do Tietê	16.795	19.255	28.527	-	64.577
X-Nice	-	32.472	48.108	-	80.580
<b>CCI</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
S&E Empreendimentos	6.807	9.771	12.020	-	28.598
Provisão para devedores - S&E	(6.807)	(9.771)	(12.020)	-	(28.598)
CESTO	30.759	5.999	8.887	-	45.645
Provisão para devedores - CESTO	(30.759)	(5.999)	(8.887)	-	(45.645)
CTESO	21.028	30.184	37.132	-	88.344
Provisão para devedores - CTESO	(21.028)	(30.184)	(37.132)	-	(88.344)
<b>Total</b>	<b>1.183.011</b>	<b>583.107</b>	<b>863.558</b>	<b>13.524</b>	<b>2.643.200</b>

### 8.1.3. Operações realizadas com Títulos Públicos

Operações realizadas em 2016 com títulos públicos, em conformidade com o disposto na Resolução CGPC 15/05:

Data de Operação	Operação	Títulos	Valor	Taxa	PU	Quantidade	Dados de Mercado (fonte: BC)		
							PU Min	PU Med	PU Max
08/01/16	Compra	NTNB 2045	23.861	7,29%	2.386,118755	10.000	2.341,976467	2.374,658587	2.387,173074
08/01/16	Compra	NTNB 2045	11.916	7,30%	2.383,250650	5.000	2.341,976467	2.374,658587	2.387,173074
14/01/16	Compra	NTNB 2045	14.222	7,37%	2.370,315189	6.000	2.367,402919	2.372,589829	2.381,680552
21/01/16	Venda	NTNB 2019	-27.935	6,37%	2.793,506681	(10.000)	2.759,140289	2.771,847636	2.859,161128
21/01/16	Venda	NTNB 2019	-16.789	6,31%	2.798,238508	(6.000)	2.759,140289	2.771,847636	2.859,161128
21/01/16	Compra	NTNB 2035	27.935	7,53%	2.405,293321	11.614	2.369,092196	2.400,215648	2.482,778730
21/01/16	Compra	NTNB 2035	16.791	7,53%	2.405,293321	6.981	2.369,092196	2.400,215648	2.482,778730
21/01/16	Compra	NTNB 2035	14.432	7,53%	2.405,293321	6.000	2.369,092196	2.400,215648	2.482,778730
22/01/16	Venda	NTNB 2019	-16.902	6,10%	2.816,955630	(6.000)	2.777,556186	2.803,501375	2.889,859806
22/01/16	Venda	NTNB 2019	-22.523	6,12%	2.815,362691	(8.000)	2.777,556186	2.803,501375	2.889,859806
22/01/16	Compra	NTNB 2035	16.904	7,50%	2.414,527818	7.001	2.382,948004	2.399,681228	2.489,828377
22/01/16	Compra	NTNB 2035	22.525	7,50%	2.414,527818	9.329	2.382,948004	2.399,681228	2.489,828377
26/01/16	Venda	NTNB 2019	-19.768	6,08%	2.824,014717	(7.000)	2.667,232883	2.824,386517	2.873,413260
26/01/16	Compra	NTNB 2035	19.770	7,49%	2.421,922691	8.163	2.393,080146	2.411,429273	2.520,777077
28/01/16	Venda	NTNB 2019	-19.728	6,21%	2.818,225808	(7.000)	2.799,332077	2.813,043248	2.899,716385
28/01/16	Compra	NTNB 2035	19.729	7,45%	2.435,934730	8.099	2.399,190549	2.416,133255	2.506,807897
08/03/16	Venda	NTNB 2030	-10.692	6,72%	2.673,021487	(4.000)	2.648,953922	2.670,656725	2.677,870773
08/03/16	Compra	NTNB 2045	10.693	6,84%	2.605,446624	4.104	2.583,048486	2.603,920865	2.605,446624
30/03/16	Compra	NTNB 2016	28.511	7,80%	2.851,059441	10.000	2.847,038695	2.851,369808	2.857,126180
31/03/16	Compra	NTNB 2016	28.504	8,09%	2.849,629291	10.003	2.848,537672	2.849,208143	2.852,516523
01/04/16	Compra	NTNB 2016	28.512	8,08%	2.851,214534	10.000	2.850,005800	2.850,828075	2.863,914789
04/04/16	Compra	NTNB 2016	28.525	8,10%	2.852,506629	10.000	2.849,398610	2.853,079042	2.865,272323
12/04/16	Compra	NTNB 2016	28.552	8,68%	2.855,193578	10.000	2.852,071236	2.855,515926	2.863,219196
13/06/16	Compra	NTNB 2016	29.315	9,42%	2.931,450084	10.000	2.918,870574	2.925,804585	2.931,450084
15/07/16	Compra	NTNB 2017	29.242	6,53%	2.924,225489	10.000	2.922,793772	2.923,641726	2.937,144200
09/08/16	Compra	NTNB 2017	29.471	6,525%	2.947,052088	10.000	2.942,453866	2.946,415937	2.958,878587
12/08/16	Compra	NTNB 2019	118.876	5,925%	2.971,912062	40.000	2.937,780172	2.950,297223	3.009,109474
15/08/16	Compra	NTNB 2019	29.712	5,955%	2.971,206304	10.000	2.936,553874	2.971,802402	3.014,369959
08/09/16	Compra	NTNB 2018	41.037	6,250%	2.931,240755	14.000	2.921,133443	2.930,243622	2.952,645165
09/09/16	Compra	NTNB 2018	29.317	6,270%	2.931,743385	10.000	2.910,127865	2.932,339234	2.951,567871
18/11/16	Compra	NTNB 2021	28.957	6,500%	2.895,675135	10.000	2.891,243314	2.894,282676	2.939,370000
23/11/16	Compra	NTNB 2021	29.189	6,320%	2.918,879867	10.000	2.907,029393	2.923,402819	2.948,593825
08/12/16	Compra	NTNB 2021	29.456	6,185%	2.945,644834	10.000	2.929,856226	2.935,372201	2.984,648683

O Serpros não realizou no exercício de 2016 operações de vendas de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva). Desta forma, dado que não foram apurados resultados de reclassificação, não existem justificativas a serem apresentadas.

### 8.1.4. Fundos de Investimento em Ações - FIA

Os Fundos de Investimento em ações do Serpros são exclusivos e com gestão terceirizada. Sua renda é dada pelos rendimentos distribuídos por meio de ativos que compõe a sua carteira, tais como dividendos e juros sobre capital próprio e a variação do mercado. Os FIAs são administrados pelo BEM DTVM e estão custodiados no Banco Bradesco.

Encerramos o exercício com o montante de R\$ 219.009 milhões em Fundos de Investimento em Ações, conforme tabela abaixo:

Fundos de Investimentos em Ações (FIAs)	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	2015
Geribá	17.286	6.465	30.328	54.079	63.758
Mearas	37.884	12.852	59.190	109.926	103.551
Kenobi	17.581	6.576	30.847	55.004	43.048
<b>Total</b>	<b>72.751</b>	<b>25.893</b>	<b>120.365</b>	<b>219.009</b>	<b>210.357</b>

Em 31/10/2016 foram alterados os nomes do SERPROS FIA I para SERPROS FIA GERIBÁ, SERPROS FIA II para SERPROS FIA MEARAS e SERPROS FIA III para SERPROS FIA KENOBI. Na mesma data, o gestor do SERPROS FIA GERIBÁ foi substituído pela Franklin Templeton Investimentos (Brasil) Ltda. e do SERPROS FIA KENOBI pelo GAP - Gestora de Recursos Ltda.

## 8.1.4.1. Fundos de Investimento em Ações Geribá

Papel	Código	Quantidade	PSI	PSII BD	PSII CD
AMBEV ON	ABEV3	163.400	857	320	1.503
BRADESCOPN EB N1	BBDC4	45.967	426	159	748
BMF BOVESPA ON NM	BVMF3	295.000	1.556	582	2.730
CESPPNB* N1	CESP6	236.200	1.018	381	1.787
CETIP - CTIP ON	CTIP3	71.600	1.021	382	1.791
EMBRAERON EJ NM	EMBR3	145.800	746	279	1.308
ENERGISA UNT	ENGI11	161.100	957	358	1.679
FLRY - FLEURY SA	FLRY3	86.000	980	367	1.719
GERDAUON N1	GGBR3	163.100	412	154	722
GERDAUPN N1	GGBR4	7.700	27	10	47
HYPERMARCAS ON NM	HYPE3	114.700	958	358	1.681
ITAUSAPN N1	ITSA4	138.700	367	137	644
ITAU UNIBANCO PN N1	ITUB4	171.376	1.854	694	3.253
KEPLER WEBERON	KEPL3	17.600	101	38	178
P.ACUCAR-CBDPN * N1	PCAR4	14.700	257	96	451
PETROBRASP	PETR4	226.795	1.078	403	1.891
SANEPARPN	SAPR4	373.900	1.285	481	2.254
SAO MARTINHOON NM	SMTO3	99.100	618	231	1.084
VIVT - TELEF BRASIL ON	VIVT3	15.000	175	65	306
VIVT - TELEF BRASIL PN	VIVT4	42.500	599	224	1.051
NTN - B	-	-	781	292	1.370
COMPROMISSADAS	-	-	1.012	379	1.776
CONTAS A PAGAR/RECEBER	-	-	201	75	355
<b>Total</b>		<b>2.590.238</b>	<b>17.286</b>	<b>6.465</b>	<b>30.328</b>

## 8.1.4.2. Fundos de Investimento em Ações Mearas

Papel	Código	Quantidade	PSI	PSII BD	PSII CD
BR MALLS PARON	BRML3	685.486	2.823	958	4.411
CELESCON N2	CLSC3	178.376	1.322	448	2.065
ITAU UNIBANCO PN N1	ITUB4	369.030	4.305	1.460	6.726
KEPLER WEBERON	KEPL3	363.785	2.257	766	3.526
LOJAS AMERICPN *	LAME4	1.026.367	6.013	2.040	9.395
PETROBRASP	PETR4	887.731	4.549	1.543	7.108
DIMEDON	PNVL3	31.777	7.326	2.485	11.447
ULTRAPARON N1	UGPA3	224.967	5.307	1.800	8.292
VALE R DOCEPNA N1	VALE5	454.428	3.655	1.240	5.711
COMPROMISSADAS	-	-	174	60	271
CONTAS A PAGAR/RECEBER	-	-	153	52	238
<b>Total</b>		<b>4.221.947</b>	<b>37.884</b>	<b>12.852</b>	<b>59.190</b>

## 8.1.4.3. Fundos de Investimento em Ações Serpros Kenobi

Papel	Código	Quantidade	PSI	PSII BD	PSII CD
AMBEV ON	ABEV3	139.656	732	274	1.284
ALIANSC SHOPSING CENTERS SA	ALSC3	112.431	519	194	911
BRDESCOPN EB N1	BBDC4	126.500	1.173	439	2.057
BR MALLS PARON	BRML3	156.000	596	223	1.045
BMF BOVESPA ON NM	BVMF3	103.465	546	204	957
CIELO ON NM	CIEL3	233.574	2.082	779	3.653
CETIP - CTIP ON	CTIP3	57.000	813	304	1.426
EMBRAERON EJ NM	EMBR3	82.741	423	158	742
EQUATORIALON N2	EQTL3	184.730	3.212	1.201	5.636
ITAU UNIBANCO ON N1	ITUB3	37.100	356	133	624
ITAU UNIBANCO PN N1	ITUB4	143.797	1.556	582	2.730
LOJAS RENNERON NM	LREN3	71.104	527	197	924
MRV ENGENHARIA E PART	MRVE3	157.365	550	206	965
NATURAON NM	NATU3	19.186	141	53	248
QUAL ON	QUAL3	153.200	943	353	1.654
SANEPARPN	SAPR4	125.850	432	162	759
TECN ON	TECN3	19.663	23	8	40
VIVT - TELEF BRASIL ON	VIVT3	46.300	539	201	945
VIVT - TELEF BRASIL PN	VIVT4	4.941	70	26	122
COMPROMISSADAS	-	-	2.330	871	4.088
CONTAS A PAGAR/RECEBER	-	-	18	8	37
<b>Total</b>		<b>1.974.603</b>	<b>17.581</b>	<b>6.576</b>	<b>30.847</b>

## 8.1.5. Fundos de Investimento Multimercado - FIM

O Serpros mantém investimentos em fundos exclusivos classificados como multimercado que têm por objetivo diversificar o investimento dos recursos sob sua administração nas classes de ativos renda fixa e renda variável. Esses fundos, em geral, não possuem o compromisso de concentrar recursos em nenhum fator de risco.

Essa flexibilização permite ao Serpros adotar diversas estratégias de investimentos, conforme mudanças no cenário econômico e do mercado financeiro, de modo rentabilizar o saldo de conta dos recursos garantidores com as oscilações do mercado.

Em 31/12/2016 a carteira encerrou com o saldo de R\$ 4.390.402 bilhões, distribuídos entre Títulos Públicos e Ativos Privados. Conforme tabela do item 8.1, R\$ 3.961.463 bilhões estão aplicados em Títulos Públicos e R\$ 428.939 milhões em Ativos Privados (CDB, LFS, Debêntures, CCI, FI-RF Hungria), líquidos dos valores a receber e apagar, alocados nos fundos Botafogo, Stark, Credit e PGA, conforme tabela a seguir:

Fundos de Investimento Multimercado (FIM)	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2016	2015
Botafogo	34.993	50.230	61.792	-	147.015	201.409
FP1 LP	-	-	-	-	-	101.043
Aconcágua	-	-	-	-	-	1.165.397
Olimpo	-	-	-	-	-	360.664
Stark	1.703.447	-	-	-	1.703.447	-
Credit	-	989.533	1.465.998	-	2.455.531	1.875.530
Quartzo	-	-	-	-	-	155.317
PGA Serpros	-	-	-	84.409	84.409	75.399
<b>Total</b>	<b>1.738.440</b>	<b>1.039.763</b>	<b>1.527.790</b>	<b>84.409</b>	<b>4.390.402</b>	<b>3.934.759</b>

A reestruturação dos Fundos de Investimento exclusivos do Serpros, iniciada em julho de 2015, foi finalizada em novembro com a incorporação do FIM ACONCÁGUA pelo FIM OLIMPO IX, que passou a ser chamado de FIM STARK, e a incorporação do FIM QUARTZO III pelo FIM CREDIT. A reestruturação trouxe para o Serpros uma economia de aproximadamente R\$ 180 mil anuais e um ganho operacional de controle e monitoramento na gestão da carteira.

#### 8.1.5.1. Provisões para perdas e crédito de liquidação duvidosa e status de acompanhamento

O montante de R\$ 428.939 milhões, em ativos privados, está líquido da provisão realizada em função da inadimplência dos emissores dos ativos em carteira. Os administradores dos fundos registraram as provisões para devedores duvidosos segundo os critérios do item 4.10, que em 31/12/2016 correspondia a 100% do valor investido, com exceção das debêntures de emissão da Brazpeixes, que foi provisionado 92% pelo administrador e 8% pelo Serpros. O total provisionado até 31/12/2016 é de R\$ 468.701 milhões, conforme detalhamento a seguir:

Alocação por FIM e Ativo	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	Status de Acompanhamento
<b>FIM Botafogo</b>	<b>96.810</b>	<b>138.964</b>	<b>170.951</b>	<b>406.725</b>	
<b>CCI</b>	<b>27.835</b>	<b>39.955</b>	<b>49.152</b>	<b>116.942</b>	
CETSO	21.028	30.184	37.132	88.344	Cobrança Judicial
S&G Empreendimentos	6.807	9.771	12.020	28.598	Cobrança Judicial
<b>Debêntures</b>	<b>68.975</b>	<b>99.009</b>	<b>121.799</b>	<b>289.783</b>	
Inepar	10.199	14.639	18.009	42.847	Cobrança Judicial
SIFCO	14.213	20.402	25.098	59.713	Cobrança Judicial
BFG (Brasil Food)	27.340	39.244	48.278	114.862	Cobrança Judicial
Brazpeixes	17.223	24.723	30.414	72.360	
<b>FIM Stark</b>	<b>40.558</b>	-	-	<b>40.558</b>	
<b>CCI</b>	<b>30.759</b>	-	-	<b>30.759</b>	
CESTO Participações	30.759	-	-	30.759	Dívida em negociação
<b>Debêntures</b>	<b>9.799</b>	-	-	<b>9.799</b>	
Bingen	9.799	-	-	9.799	Dívida em negociação
<b>FIM Credit</b>	-	<b>8.631</b>	<b>12.787</b>	<b>21.418</b>	
<b>CCI</b>	-	<b>5.999</b>	<b>8.887</b>	<b>14.886</b>	
CESTO Participações	-	5.999	8.887	14.886	Dívida em negociação
<b>Debêntures</b>	-	<b>2.632</b>	<b>3.900</b>	<b>6.532</b>	
Bingen	-	2.632	3.900	6.532	Dívida em negociação
<b>Total provisionado</b>	<b>137.368</b>	<b>147.595</b>	<b>183.738</b>	<b>468.701</b>	

Para a recuperação dos ativos inadimplentes foram contratados escritórios jurídicos especializados para o processo de execução das garantias. As debêntures Bingen e as CCIs CESTO Participações estão em processo de negociação da dívida. A emissora das debêntures Bingen apresentou uma proposta de reestruturação explicando que consistia em uma nova operação em que as garantias seriam reforçadas, ficando desta forma em condições de suportar o saldo devedor de todos os debenturistas. O Serpros aprovou a proposta na Assembleia Geral de Debenturista (AGD) de 06/09/2016, condicionando na escritura cláusulas suspensivas. Caso a emissora não cumpra com o acordado será realizada uma nova assembleia anulando a aprovação da reestruturação, retornando o processo de recuperação da dívida através da execução das garantias existentes. Em relação as CCIs CESTO o Serpros aprovou a quitação da dívida através da Dação em Pagamento das unidades hoteleiras do Hotel Golden Tulip-BH. A escritura de dação em pagamento está em processo de registro nos cartórios competentes.

#### 8.1.5.2. Liquidação do Fundo Multimercado FP1 e aquisição de cotas do Fundo de Participação FP2

Em 21 de junho de 2016, na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo de Investimento Multimercado FP1, foi apresentado pelo Administrador a situação do Fundo FP1, enfatizando que a liquidação do Fundo seria a única opção possível no momento, pois, em função das recentes exigências de capital mínimos previstos no artigo 1º, parágrafo 2º, II, da Instrução CVM nº 558, ele não teria condições de continuar como Administrador. Em continuidade, enfatizou que com a entrega dos ativos, posto que o Fundo é líquido, e com sua efetiva liquidação, os cotistas do Fundo se tornariam, na

prática, cotistas do FIP FP2, em decorrência de alteração na regulamentação imposta pela CVM e não em decorrência de vontade dos cotistas ou mesmo do Administrador. Apesar do voto contrário do Serpros, foi aprovado por maioria a liquidação do fundo com a aquisição de cotas do Fundo de Investimento em Participação FP2. Em efeito à decisão, com base nos extratos e as carteiras com as movimentações deliberadas em assembleia, em julho o Serpros realizou o resgate do FIM FP1 e a aplicação no FIP FP2. O saldo registrado no FIP FP2 foi conciliado com o custodiante do Serpros (Bradesco) e com o custodiante do FIP (Positiva).

### 8.1.6. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Master III

No exercício de 2011, o Serpros investiu R\$45.000 milhões em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master III. No exercício de 2012, com a decretação da liquidação do Banco BVA, as empresas, cujo o fundo detinha o direito ao crédito, ficaram inadimplentes, levando o administrador a registrar a provisão para crédito de liquidação duvidosa. O Fundo continua com gestor de crise (Brasil Plural), em processo de negociação e recuperação dos ativos em *default*. As amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB). Até dezembro de 2016, o Serpros recuperou o valor de R\$ 29.222 milhões, que representa 64,94% do valor aportado no fundo.

### 8.1.7. Fundos de Investimento em Participações (FIP)

A estratégia do Serpros no segmento visa a possibilidade de proporcionar rentabilidade superior as aplicações de renda fixa e consequentemente atingir a meta atuarial no longo prazo. No período inicial não há geração de receitas para remunerar o capital investido e as apropriações das despesas e taxas fazem com que a rentabilidade do investimento seja negativa. No entanto, com o tempo os fundos entram na maturidade proporcionando a receita esperada. Os valores investidos nesses Fundos de Investimento são no segmento de Estruturado (Investimento em Infraestrutura).

O Serpros, através de sua gerência de governança de investimento, monitora periodicamente a gestão dos fundos e tem solicitado aos administradores e gestores que as obrigações das empresas investidas sejam cumpridas conforme previsto nos regulamentos.

O Serpros encerrou o exercício de 2016 com o montante de R\$485.556 milhões em Fundos de Investimento em Participações. Esse montante está distribuído entre os seguintes fundos: Ático Energia, Patriarca-BVA, Usina Invest Malls, Ático Florestal, LSH, ETB, Bioenergia, Infraneamento e FP2/FP1.

Emissor	Compra	Vencimento	Valor de Emissão	Valor Atual	PSI	PSII BD	PSII CD	Situação do Ativo
Ático Energia	24/11/2010	24/11/2017	24.000	44.498	14.759	15.522	14.217	Período de investimento
Patriarca-BVA	08/12/2011	16/01/2018	50.000	1.556	-	813	743	Cobrança Judicial
LSH	09/04/2013	09/04/2018	36.970	88.431	-	32.508	55.923	Período de investimento. Fundo sendo investigado pelo Ministério Público Federal.
	26/12/2013	09/04/2018	1.087					
	11/09/2013	10/04/2018	18.913					
Ático Florestal	26/02/2013	21/03/2018	20.000	30.136	5.753	6.283	18.100	Período de investimento
	27/05/2013	21/03/2018	10.000					
Usina Invest Malls	02/10/2012	07/08/2022	50.000	21.550	4.942	2.563	14.045	Fundo com dificuldades de caixa, para pagamento das despesas básicas de funcionamento.
	10/07/2013	10/07/2023	15.000					
ETB	21/08/2013	10/07/2023	55.000	79.057	11.122	32.981	34.954	Período de investimento
	26/12/2013	06/04/2021	51.000					
Bioenergia	14/01/2014	06/04/2021	19.000	72.800	-	37.437	35.363	Fundo com dificuldades de caixa, para pagamento das despesas básicas de funcionamento.
	23/05/2014	19/12/2021	30.000					
Infraneamento	22/08/2014	19/12/2021	20.000	54.415	-	19.743	34.672	Período de investimento
	19/06/2013	29/09/2018	20.000					
FP2 - FP1 (aporte)	19/06/2013	29/09/2018	20.000	93.113	25.490	27.228	40.395	AGC 21/06/2016 - Deliberado pela maioria dos cotista a integralização dos ativos do FP1 no FIP FP2. Serpros foi contra a deliberação.
FP2 - FP1 (FIP VA)	20/06/2013	29/09/2018	59.730					
FP2 - FP1 (FII RSB1)	02/05/2014	29/09/2018	48.145					
<b>Total</b>			<b>528.845</b>	<b>485.556</b>	<b>62.066</b>	<b>175.078</b>	<b>248.412</b>	

#### 8.1.7.1. Fundo de Investimento em Participação LSH

O Fundo foi citado no procedimento investigatório criminal, nº 1.16.000.003635/2016-19, de responsabilidade do Ministério Público Federal, devido aos investimentos realizados pelos fundos de pensão no grupo empresarial da família TRUMP. O ativo, porém, está parcialmente performado com o hotel operando com 75 quartos, de um total de 170 previsto.

#### **8.1.7.2. Fundo de Investimento em Participação Usina Invest Mall (Atual FIP LA Shopping Centers)**

Os ativos do fundo sofreram uma reavaliação com uma desvalorização de aproximadamente 58% no patrimônio do fundo, uma vez que o projeto de Shopping Pampulha, um dos objetivos do fundo e o principal ativo, ainda não foi desenvolvido.

#### **8.1.7.3. Fundo de Investimento em Participação ETB**

O projeto do fundo, a Nova Bolsa de Valores, estava previsto para iniciar a operação no 2º semestre de 2014. Entretanto, o projeto sofreu uma revisão e a nova previsão é para o 2º semestre de 2018. De acordo com a emissora, apesar da revisão do cronograma de implantação da Nova Bolsa, a expectativa de desinvestimento do FIP permanece prevista para 2020, através de oferta pública inicial de ações ou venda para grandes players do setor.

#### **8.1.7.4. Fundo de Investimento em Participação Bioenergia**

No exercício de 2016 o administrador (BNY MELLON) realizou provisões para perda de crédito de liquidação duvidosa de ativos alocados na carteira do fundo, ocasionando, desta forma, a desvalorização das cotas.

#### **8.1.7.5. Fundo de Investimento em Participação FP2**

O Serpros possui investido o valor R\$ 93.113 milhões, que representa 6,32% do fundo. Apesar da situação crítica em que se encontra as empresas investidas do fundo, o atual administrador Cabedal Investimentos & Commodities Ltda. não realizou o processo de reavaliação dos ativos. Sendo assim os ativos do fundo podem não estar refletindo seu verdadeiro valor.

O Serpros, em 2015, solicitou a precificação correta dos ativos de propriedade do FIP FP2/FP1 e até o presente momento o administrador não realizou a reavaliação.

##### **8.1.7.5.1. Bloqueio Judicial**

Em 28 de julho de 2016 foi determinado, nos autos do processo trabalhista 00110829-98.2014.5.01.0033 que tramita na 33ª. Vara do Trabalho/RJ, a penhora da integralidade das Notas do Tesouro Nacional, série B, vencimentos 2023 e 2050, que compõem a carteira do fundo de investimento multimercado Credit CP, uma vez que foi reconhecida a existência de responsabilidade solidária da entidade, por suposta formação de Grupo Econômico com a Brazal Alimentos. Foi determinado, ainda, a liquidação monetária, no valor marcado a mercado, bem como a efetiva e imediata transferência para conta judicial a disposição da 33ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro da capital do RJ-TRT 1ª Região. Em 31 de dezembro os títulos continuam penhorados e o valor de mercado é de R\$ 663.524 milhões. O Serpros, através de suas consultorias jurídicas interna e externa, adotou todas as medidas judiciais para impedir a liquidação dos títulos, estando atualmente suspenso o referido comando, por força de determinação alcançada via mandado de segurança impetrado pelo Serpros. Diante do critério de provisionamento de perda, dado que a mesma é considerada remota, já que o Serpros figura tão somente como investidor do FP2/FP1 os títulos continuam classificados na carteira em sua totalidade.

#### **8.2. Derivativos**

Em 2016 venceram os contratos de SWAP não restando mais operações neste segmento.

#### **8.3. Investimentos Imobiliários**

A carteira imobiliária encerrou o exercício de 2016 com o montante de R\$ 78.285 milhões, distribuído em Aluguéis e Renda, no montante de R\$ 77.299 milhões, e em Outros Investimentos Imobiliários, no montante de R\$ 986 mil. O montante desse investimento está segregado entre os planos de benefícios nos seguintes percentuais: (i) PSI, 63,20%; (ii) PSII BD, 7,30%; e (iii) PSII CD, 29,50%.

### 8.3.1. Aluguéis e Rendas

O montante de aluguéis e rendas está segregado em edificações Locadas a Patrocinadora, com o saldo de R\$ 9.457 milhões, e Locadas a Terceiros, com o saldo de R\$ 67.842 milhões. Estão contabilizados nos saldos a depreciação acumulada, a provisão para crédito de liquidação duvidosa e os resultados das reavaliações.

O imóvel Locado a Patrocinadora está localizado em Belém – PA (Prédio Uni-Empresarial), com a composição a seguir:

Descrição	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	2015
Locadas a Patrocinadores	5.977	690	2.790	9.457	8.902

Em dezembro de 2016 o imóvel foi reavaliado com uma valorização de R\$ 724 mil, que representou uma variação positiva de 8,35%. A dissociação dos valores ficou em 30% o valor do terreno, no total de R\$ 2.820 milhões, e 70% o valor das benfeitorias, no total de R\$ 6.580 milhões. O montante de aluguéis a receber no mês foi de R\$ 57 mil.

Imóvel	Data Reavaliação	Avaliador Responsável	Valor Contábil na data da Reavaliação	Valor Reavaliação	Resultado Reavaliação	Vida Útil	Conta Contábil Relacionada
Belém	dez/16	Câmara de Consultores Associados LTDA - CCA CNPJ 00.468.200/0001-73	8.676	9.400	724	Vida útil remanescente de 35 anos e vida útil de 50 anos	1.2.3.6.04.03.04
<b>Total</b>			<b>8.676</b>	<b>9.400</b>	<b>724</b>		

Os imóveis Locados a Terceiros estão localizados em Brasília (Centro Empresarial VARIG) e em São Paulo (Edifício Transatlântico e Condomínio São Luiz), conforme a seguir:

Locados a Terceiros	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	2015
Centro Empresarial Transatlântico	3.934	454	1.836	6.224	6.260
Centro Empresarial VARIG	23.809	2.750	11.113	37.672	38.399
Condomínio São Luiz	14.987	1.731	6.995	23.713	23.822
Contas a receber	147	17	69	233	316
<b>Total</b>	<b>42.877</b>	<b>4.952</b>	<b>20.013</b>	<b>67.842</b>	<b>68.797</b>

O montante a receber de aluguéis é de R\$ 8.252 milhões, sendo que R\$ 8.019 milhões estão provisionados como crédito de liquidação duvidosa em razão das inadimplências dos locatários: Grupo OK, Meireles, Codunas, Brascol, Coperdata, Forma Audiovisual, Fernandez e Pró-internet. Na tentativa de rever os valores a receber, o Serpros moveu ações judiciais contra esses locatários. As ações estão em fase executória, com atualização dos valores e busca de bens passíveis de constrição judicial.

### 8.3.2. Outros Investimentos Imobiliários

O Edifício Lucas Lopes, localizado em Belo Horizonte, foi desapropriado pela Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais em 2008. Em 2009 o Serpros registrou a baixa do investimento e adotou as medidas para levantar o crédito. Em 2010 foi disponibilizado o alvará para levantamento de 80% do montante depositado em juízo, no valor de R\$9.399 milhões, depositado na conta do Serpros em 14/05/2010. No entanto, ainda resta o levantamento de 20% do valor depositado, que representa o saldo de R\$986 mil.

### 8.4. Operações com Participantes (Empréstimos e Financiamentos Imobiliários)

As Operações com Participantes correspondem a Empréstimos e Financiamentos Imobiliários e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária na data de encerramento das demonstrações contábeis. O saldo de R\$50.864 milhões está líquido da provisão crédito de liquidação duvidosa, registrada em função da inadimplência, conforme item 4.10. O Serpros, para a recuperação do crédito de R\$ 6.718 milhões, contratou escritório jurídico especializado e mantém procedimentos administrativos de registro de inclusão nos órgãos de proteção ao crédito.

O saldo de Financiamentos Imobiliários, no total de R\$ 2.363 milhões, refere-se aos contratos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) que estão em posição de Relação de Contratos Não Validados (RNV) junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O Serpros corrige o saldo através de relatório emitido pela Caixa Econômica Federal. Após a validação dos valores serão emitidos títulos de securitizados pelo Tesouro Nacional com registro escritural na CETIP.

### 8.5. Investimentos - Outros Realizáveis

Os direitos do Serpros, decorrentes de decisão judicial ou de processos administrativos favoráveis que resultaram em crédito, totalizam o montante de R\$ 173.267 milhões. Como créditos relevantes destacamos as Letras do Tesouro de Santa Catarina, num montante de R\$145.363 milhões, e o Contrato de Confissão de Dívida Chapecó, num montante de R\$27.859 milhões, detalhados no item 11.1.

	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	2015
Letras de Santa Catarina	83.257	12.393	49.713	145.363	145.363
Contrato de Confissão de Dívida Chapecó	17.605	2.045	8.209	27.859	27.859

## 9. PERMANENTE

O saldo do Ativo Permanente está contabilizado no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Descrição	2016	2015
<b>Imobilizado</b>	<b>15.373</b>	<b>11.399</b>
Móveis e Utensílios	196	199
Máquinas e Equipamentos	337	358
Veículos	51	67
Equipamentos de informática	522	813
Imóveis	14.267	9.962
<b>Intangível</b>	<b>1.107</b>	<b>1.488</b>
<b>Total</b>	<b>16.480</b>	<b>12.887</b>

As variações são decorrentes da depreciação, calculada de acordo com o item 4.4.

Em dezembro foi realizada a reavaliação da sede do Serpros, situada na Rua Fernandes Guimarães, nº 35 – Botafogo – Rio de Janeiro (RJ), gerando uma valorização de R\$ 4.402 milhões. O prédio/construção valorizou R\$ 1.503 milhão e o terreno R\$ 2.899 milhões.

Imóvel	Data Reavaliação	Avaliador Responsável	Valor Contábil na data da Reavaliação	Valor Reavaliação	Resultado Reavaliação	Vida Útil Remanescente	Conta Contábil Relacionada
Sede	dez/16	Urbano Métrica CNPJ 07.680.750/0001-09	9.868	14.270	4.402	20 anos	1.3.1.1.02
<b>Total</b>			<b>9.868</b>	<b>14.270</b>	<b>4.402</b>		

## 10. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O exigível operacional, representa os seguintes valores a pagar:

Exigível Operacional	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	2016	2015
Gestão Previdencial	1.647	13.430	52.653		-1.457	66.273	65.608
Gestão Administrativa				1.964	0	1.964	1.583
Investimentos	2.638	420	1.702		-115	4.645	4.797
<b>Total</b>	<b>4.285</b>	<b>13.850</b>	<b>54.355</b>	<b>1.964</b>	<b>-1.572</b>	<b>72.882</b>	<b>71.988</b>

Na gestão previdencial destaca-se o registro da provisão referente a parcela do Patrocinador Serpro no montante de R\$60.243 milhões, conforme item 11.1.1. Na gestão administrativa estão as provisões oriundas da atividade operacional do Serpros, tais como encargos da folha e tributos a recolher. Destacamos no item 10.1 as ações judiciais dos processos das contribuições sociais do Programa de Integração Social (Pis) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Nos investimentos estão as provisões dos empréstimos concedidos no mês que estão aguardando a liberação do contrato e dos honorários advocatícios do contrato da Letra do Tesouro de Santa Catarina (item 11.1.1).

### 10.1. Exigível Operacional da Gestão Administrativa – Pis e Cofins

Nos tributos a recolher destacam-se as ações judiciais que questionam a constitucionalidade do art. 3º da Lei nº 9.718/98. Tal normativo determina como base de cálculo do Pis e da Cofins o faturamento, entendido, no § 1º do art. 3º, como receita bruta, a totalidade das receitas auferidas da pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida. Pela relevância da matéria e a fim de resguardar o patrimônio dos participantes e assistidos, o Serpros ingressou com essas ações judiciais para garantir o direito de não se sujeitar à cobrança de tais contribuições. Desde 2002 o Serpros estava depositando judicialmente os valores determinados. A partir de janeiro de 2015, em observância a Lei nº 12.973/14, o Serpros passou a recolher as contribuições diretamente para a união. O escritório patrono continua acompanhando o andamento dessas ações.

#### 10.1.1. Pis (andamento da ação)

O Serpros questionou a cobrança do PIS, nos autos da Ação ordinária nº 2002.51.01.022138-0, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não auferir receita própria. Subsidiariamente, caso haja discordância acerca deste argumento, o Serpros requereu que o recolhimento do Pis fosse efetuado sem aplicação das regras impostas pela IN/SRF 170/02. A sentença de 1º Grau julgou procedente o pedido, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue o Serpros a recolher a Contribuição ao Pis na forma da Lei 9.718/98, prevalecendo para efeito de recolhimento o previsto na Lei Complementar 7/70. Houve Recurso de Apelação por parte da União, o qual foi parcialmente provido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que determinou a incidência do PIS nos termos do art. 3º Lei nº 9.715/98, o que viola a expressa disposição do art. 12 da mesma lei. Contra esta decisão, o Serpros apresentou Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores (STJ e STF). O TRF da 2ª Região, em exame preliminar de admissibilidade, negou seguimento aos recursos do Serpros, decisões estas mantidas pelos Tribunais Superiores em sede de Agravo em Recurso Especial e Agravo em Recurso Extraordinário, julgados, respectivamente, pelo STJ e STF. Portanto, não havendo mais a possibilidade de recursos, ocorreu o trânsito em julgado da decisão que determinou ao Serpros recolher o Pis com base no faturamento previsto no art. 3º Lei nº 9.715/98. Vale ressaltar que, em dezembro de 2012, por orientação do nosso escritório e assessoria jurídica interna do Serpros, e considerando o teor da decisão final transitada em julgado na ação, que determinou o recolhimento do Pis com base no faturamento previsto no art. 3º da Lei 9.715/98, bem como o fato do Serpros não apurar base de cálculo nos termos fixados na decisão, concluiu-se pela impossibilidade de recolhimento do referido tributo. Dessa forma, a Diretoria Executiva, em reunião do dia 16/01/2013, Ata nº 02, decidiu suspender, a partir de dezembro, os depósitos judiciais realizados, mês a mês, a título de Pis (apurado com base na Lei 9.718/98). A probabilidade de perda é remota. Atualmente, o Serpros aguarda o deferimento do seu pedido de levantamento dos depósitos judiciais de PIS, o que está em discussão no Agravo de Instrumento nº 2015.00.00.003068-0, que tramita no TRF-2. A probabilidade de perda é possível. Cabe salientar que a decisão judicial obtida no processo de PIS, que lhe desobrigou do recolhimento da contribuição, vigorou até os fatos geradores de 31/12/2014. A partir de então, com a edição da Lei 12.973/14, que alterou substancialmente a base de cálculo do PIS e da COFINS questionada nas ações, foi orientado ao Serpros a retomada do recolhimento das exações. O montante depositado judicialmente foi de R\$ 2.998 milhões.

### 10.1.2. Cofins (andamento da ação)

O Serpros questiona a cobrança da Cofins, nos autos da Ação Ordinária nº 2002.34.00.034298-3, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não auferir receita própria. Subsidiariamente, caso haja discordância acerca deste argumento, o Serpros requereu que o recolhimento da Cofins seja efetuado sem aplicação das regras impostas pela IN/SRF 170/02. Em segunda instância, o TRF da 1ª Região entendeu ser legítima a cobrança da Cofins e determinou que a contribuição recaia sobre as contribuições vertidas pelos participantes. Em vista dessa decisão, apresentamos Embargos de Declaração, com o objetivo de que o Tribunal manifestasse sobre disposto no art. 69 da LC 109/01, que impede a incidência de qualquer tributação sobre as contribuições vertidas por participantes. Entretanto, o Tribunal não acolheu os argumentos dos embargos apresentados, motivo pelo qual foi interposto Recursos Especial e Extraordinário para os Tribunais Superiores (STJ e STF). Cumpre observar que o Recurso Especial foi provido pelo STJ, que anulou acórdão do TRF-1 e, assim, determinou que fosse realizado novo julgamento acerca dos Embargos de Declaração apresentados. Em 01/09/2015, o TRF-1 proferiu novo julgamento e negou provimento aos Embargos de Declaração. Em seguida, foram interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário pelo Serpros, os quais aguardam juízo de admissibilidade pela Presidência do TRF1, desde dezembro de 2015. O assunto, de repercussão geral, será apreciado pelo STF de uma única vez e de maneira idêntica, gerando efeito multiplicador e sobrestamento dos processos até a decisão do Tribunal. A probabilidade de perda dessa ação é possível. O montante depositado judicialmente foi de R\$ 17.329 milhões.

## 11. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### 11.1. Ativos Contingentes

#### 11.1.1. Letras do Tesouro de Santa Catarina - LTSC

O montante de R\$145.363 milhões, é resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo nº 023.06.38548-0), decorrente da falta de cumprimento do vencimento dos títulos, adquiridos em novembro e dezembro 1996, com vencimento previsto para maio de 2001.

Na ocasião do vencimento, a Diretoria Executiva decidiu pelo provisionamento da perda deste título, conforme determina a legislação, e adotou as medidas judiciais para a recuperação do valor investido.

Em 2013, considerando os posicionamentos da Assessoria Jurídica interna e do escritório de advocacia externo, tendo como base o acompanhamento processual (trechos abaixo transcritos) elaborado pelo patrono do Serpros, em razão da sentença transitada em julgado, a Diretoria Executiva decidiu reverter a provisão para perda e contabilizar o montante incontroverso de R\$145.363 milhões.

*1.A Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo nº 023.06.38548-0), ajuizada pelo Serpros contra o Estado de Santa Catarina, relacionada às Letras do Tesouro de Santa Catarina – LTSC foi julgada procedente nos termos da sentença proferida em 10/06/2008.*

*12.A quantia incontroversa, não mais objeto de discussão, importa em R\$145.363.408,00 a valores de 28/02/2013, como consta do “Cálculo de Atualização Monetária” anexo. Para encontrar referida importância aplicou-se a incidência de juros e correção monetária de acordo com a decisão do TJSC, isto é, da data de citação (16/02/2007).*

*13.Referido valor é considerado incontroverso, dado que na Ação de Execução de Sentença (Processo 023.06.385848-0/005), o valor, objeto da execução, foi de R\$152.987.341,90, e o Estado de Santa Catarina, nos Embargos à Execução, juntou “Planilha de Liquidação de Sentença” (fls. 38, doc. anexo), na qual reconhece ser devida a importância de R\$127.389.842,10 em 31/01/2012 que, atualizada até 28/02/2013, totaliza R\$145.363.408,00, como antes exposto.*

Atualmente o processo encontra-se concluso para análise dos embargos de declaração.

Cumpre destacar que sobre o valor que o Serpros tem a receber incidirão honorários advocatícios, a razão de 3%, conforme estabelecido do contrato de prestação de serviços. Esses honorários estão provisionados no passivo no montante de R\$ 4.361 milhões (item 10).

Quando do recebimento, caberá, sobre a diferença entre o valor recebido e os honorários previstos, um valor a pagar ao patrocinador de R\$ 60.243 milhões. Esse valor foi provisionado conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro

Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). Portanto, na hipótese de eventual recuperação desse crédito, a proporção que cabe ao plano PSII (42,72499%) será estornado do parcelamento do aporte.

Letras de Santa Catarina	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	2015
Valor Incontroverso (Ativo)	83.257	12.393	49.713	145.363	207.469
(-) Honorários Advocatícios (Passivo)	2.498	372	1.491	4.361	6.224
(-) Reversão do Contrato do Aporte (Passivo)	-	12.021	48.222	60.243	120.486
<b>Valor Líquido a Receber</b>	<b>80.759</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>80.759</b>	<b>80.759</b>

#### 11.1.2. Contrato de Confissão de Dívida Chapecó

O valor a receber é decorrente do Contrato de Cessão, Repactuação e Confissão de Dívida, relativo às debêntures de emissão da Chapecó, adquiridas em 12/05/95. Devido à falência da companhia, decretada em 29/04/2005, o valor da dívida foi habilitado no quadro geral de credores. O Serpros habilitou o crédito em juízo e passou a acompanhar a execução do processo de falência. Em virtude do estado falimentar da companhia, o valor foi totalmente provisionado. Em dezembro de 2013, fundamentada em Parecer Técnico da área jurídica, tendo como base o relatório de acompanhamento processual elaborado pelo Síndico da Massa Falida, que reconheceu o crédito de R\$27.859 milhões, homologado pelo Juízo, a Diretoria Executiva decidiu reverter a provisão para crédito de liquidação duvidosa e registrar o valor incontroverso.

Em maio de 2015 o Serpros participou da audiência de homologação, que estiveram presentes, também, o BNDES, o International Finance Corporation (IFC) e o Banco do Brasil, concordando com a venda extraordinária dos bens que tiveram seus laudos avaliativos homologados. Em 16/12/2015, foi prolatada decisão interlocutória declarando os vencedores e intimando-os para efetuar o pagamento. Considerados os desdobramentos processuais recentes, a Gerência Jurídica apreciará a avaliação realizada durante o exercício de 2017.

#### 11.1.3. Fundos de Investimento em Participações Patriarca - BVA

Em decorrência da intervenção do Banco BVA S/A pelo Banco Central do Brasil, em 19/10/2012, o administrador do fundo registrou a provisão para crédito de liquidação duvidosa do saldo total dos ativos de emissão do Banco BVA, os quais representam 97% do patrimônio líquido do fundo.

Importante ressaltar que o Serpros, enquanto cotista do FIP Patriarca, concorre na categoria dos créditos subordinados (art. 83, VIII, Lei 11.101/05), sendo o último a receber na ordem de liquidação, com probabilidade remotíssima de realização do crédito, ao menos na falência.

Com vista a recuperar o valor investido no fundo, o Serpros ajuizou a ação judicial nº 0127822-46.2013.4.02.5101. A ação está em trâmite na 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (RJ) e em fase postulatória.

Cabe acrescentar que, além da ação de pedido de recuperação do crédito, o Serpros ajuizou ação indenizatória, autuada sob o nº 0127822-46.2013.4.02.5101. Houve a interposição de Agravo de Instrumento sob nº 0002262-37.2014.4.02.0000 em face da decisão que reconheceu a incompetência absoluta da Justiça Federal. No julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Serpros, os Desembargadores deram provimento ao recurso interposto afastando a declaração da incompetência absoluta da Justiça Federal, para após o contraditório e a fase de instrução, o Juiz de 1º grau verifique a legitimidade do Bacen para figurar no polo passivo da demanda e responder pelos danos suportados pelo Serpros. Reiteramos que, não obstante a notória responsabilidade dos agentes econômicos demandados pelo aporte da entidade ao FIP Patriarca, o escritório classificou a demanda como êxito possível, tendo em vista a histórica resistência à responsabilização de terceiros pelos riscos e frustrações de investimentos financeiros.

#### 11.1.4. Letra Financeira do Banco BVA

As letras financeiras adquiridas pelo Serpros, no montante de R\$ 50.000 milhões, eram garantidas pela cessão fiduciária de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hungria na proporção de 165% do valor da letra financeira. Com a liquidação do Banco BVA, essa garantia foi exercida e o Serpros recebeu a transferência da titularidade das cotas em agosto de 2013. Do montante de R\$84.663 milhões recebemos somente R\$6.380 milhões. Em setembro de 2013 o Serpros habilitou os créditos das letras financeiras junto à massa falida daquele banco. Foram realizadas três amortizações: (i) em 2013, R\$2.490 milhões; (ii) em 2014, R\$3.760 milhões; e em 2015, R\$4.894 milhões.

Em 16/12/2015, o Serpros participou da Assembleia Geral de Cotista que tratou dos processos de encerramento da massa falida do Banco BVA. A Assembleia teve aprovação de 91,40% dos credores presentes. Com o encerramento da massa falida, será liberado para o Fundo Hungria o valor de R\$ 25.000 milhões referentes a depósitos feitos a favor do fundo. De acordo com o gestor de crise do FIRF Hungria (Vila Rica Capital), esse valor está previsto para ser liberado até final de 2017. As amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB). Até dezembro de 2016, o Serpros recuperou o valor de R\$ 11.411 que representa 22,82% do valor aportado no fundo.

#### 11.1.5. OFND – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

O Serpros, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24/07/1986 foi obrigado a adquirir, no exercício de 1986, até 30% das suas reservas técnicas nos títulos denominados Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND's), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, a Lei nº 7.738 de 09/03/1989, extinguiu a OTN e adotou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) como parâmetro de atualização monetária. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 04/06/1990, informou às entidades de previdência que o rendimento das OFND's, indexado ao valor do BTN, deixaria de acompanhar a variação do IPC. Foi ainda expedida a Portaria nº 948/911 para impedir que as entidades fechadas recorressem ao Judiciário com o intuito de fazer prevalecer o IPC como índice de atualização e para não poderem utilizar as OFND's como meio de pagamento em processo licitatório do Programa Nacional de Desestatização. Em virtude da expressa violação de direitos configurada, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em nome de suas associadas, ajuizou ação cautelar (processo nº 91.0106582-3 perante a 10ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) e ação ordinária (processo nº 91.0123902-3 em trâmite perante a 23ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) contra a UNIÃO FEDERAL, o BNDES e o FND visando receber a devida remuneração pelos títulos obrigatoriamente adquiridos. Este processo transitou em julgado, sendo que a decisão reconheceu que os títulos OFND's deveriam ser corrigidos pelo IPC ao invés da BTN, assegurando os direitos do Serpros, como das demais associadas. Com os direitos judicialmente assegurados, no exercício de 2010, a Diretoria Executiva procedeu ao registro contábil do êxito na demanda judicial sobre os expurgos inflacionários nas OFND's. Tal decisão baseou-se nos pareceres externos emitidos pelos escritórios JCM&B Advogados e Consultores, Figueiredo & Silva Advogados e Carlos Mafra de Laet. Advogados requeridos pela ABRAPP em nome de suas associadas, assim como pelo parecer técnico emitido pela Assessoria Jurídica da entidade, que corroborou com o entendimento de ambos os pareceres externos. Contudo, em 29/12/2011, a Diretoria Executiva, conforme registro da Ata nº 56, deliberou pela reversão do registro contábil da demanda judicial em consideração à determinação contida no ofício emitido pela PREVIC nº 4701, de 14 de outubro de 2011, o qual determinou que a entidade procedesse a referida reversão contábil ainda neste exercício. Por fim, registramos que o processo judicial encontra-se em fase de execução para cumprimento de sentença transitada em julgado.

#### 11.2. Passivos Contingentes (Exigível Contingencial)

	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2016	2015
Gestão Previdencial	1.734	22.090	-	-	23.824	21.049
Gestão Administrativa	-	-	-	61	61	61
Investimentos	1.258	140	553	-	1.951	1.951
<b>Total</b>	<b>2.992</b>	<b>22.230</b>	<b>553</b>	<b>61</b>	<b>25.836</b>	<b>23.061</b>

##### 11.2.1. Exigível Contingencial da Gestão Previdencial

As contingências jurídicas da gestão previdencial são reavaliadas pelas áreas jurídica e atuarial, considerando o histórico das causas e os critérios atuariais.

As ações com probabilidade de perda provável, atualizadas para o mês de dezembro de 2016, apresentaram os seguintes valores: (i) no plano PSI – 16 ações de expurgos inflacionários, no total de R\$ 1.321 milhão, e 3 ações de cunho previdencial, no total de R\$413 mil; e (ii) no plano PSII – 68 ações de expurgos inflacionários, no total de R\$ 13.156 milhões, e 22 ações de cunho previdencial, no total de R\$ 8.934 milhões. A variação entre a avaliação realizada em dezembro de 2015 e 2016 foi de R\$ 2.775 milhões no resultado dos planos.

Em 31/12/2016, no Plano PSI, a estimativa de perda possível foi de R\$ 3.332 milhões, sendo 12 ações de revisão de benefícios, 1 ação de revisão de contribuição e 2 ações de reintegração com migração. No Plano PSII, o montante de estimativa foi de R\$ 2 mil, referente a revisão mensal de benefício.

### 11.2.2. Exigível Contingencial da Gestão Administrativa

Processo ajuizado em 05/09/2013, em face de FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE BRASIL LTDA, uma vez que os dirigentes da Autora tomaram conhecimento que eram mantidos na Rede "FACEBOOK" perfis e grupos que, de má-fé e, sem qualquer autorização, estavam utilizando o nome Serpros em seus conteúdos, inserindo conversas inverídicas com intuito de macular a imagem do Serpros e seus dirigentes. O processo está em andamento com probabilidade de perda possível.

### 11.2.3. Exigível Contingencial de Investimentos

O Estado de Pernambuco, sob o argumento de constatação de ilegalidades no processo de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Pernambuco, no ano de 1996, destinadas a obter recursos para o pagamento de precatórios judiciais, propôs perante a 5ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Ação Ordinária anulatória contra Vetor Negócios, contra o Serpros e contra vários outros réus, pretendendo a declaração de nulidade de tais títulos e a condenação da sociedade Vetor Negócios e Participações S/A ao ressarcimento do valor do deságio concedido para a negociação dos aludidos títulos e também da importância paga a título de "taxa de sucesso" para emissão e colocação no mercado dos mesmos títulos.

Nessa senda, no decorrer do processo, o Estado de Pernambuco e o Serpros, de forma irrevogável e irretroatável, transigiram sobre os seus recíprocos direitos e interesses, oportunidade em que o Estado de Pernambuco reconheceu a validade e eficácia das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Pernambuco, como firmes boas e válidas. O Serpros, por sua vez, autorizou à União Federal a custodiar junto à CETIP, os títulos federais que lhe serão entregues em substituição aos de emissão da LFTEPE, determinada quantidade, atingindo o valor de R\$ 976 mil, que correspondeu, exatamente, ao valor do deságio controverso, por ele, Serpros, percebido quando da aquisição das LFTEPE, devidamente atualizado, para o dia 27/12/1999. Ficou também determinado no acordo que as Letras custodiadas ficariam à ordem do Juízo da 5ª Vara de Fazenda Estadual da Comarca de Recife, até o julgamento final da ação em curso, para serem entregues à parte que o Juízo, por sentença, julgar legítima proprietária, em razão dos acontecimentos objeto desta ação, na parte agora controversa. O processo encontra-se concluso desde 29 de outubro de 2015.

O valor considerado para a posição em balanço é o de R\$1.951 milhão, com base nas informações processuais acessíveis.

## 12. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios foram avaliadas de acordo com as informações relativas a 31/12/2016, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio em vigor.

### 12.1. Plano PSI

<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Benefícios Concedidos	1.375.665	1.189.181
Benefícios a Conceder	869.127	956.746
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(109.183)	(107.745)
<b>Total</b>	<b>2.135.609</b>	<b>2.038.182</b>

No fechamento deste exercício comparativamente a dezembro de 2015, observou-se que a provisão matemática de benefícios concedidos apresentou uma variação positiva de 15,68% e a provisão matemática de benefícios a conceder uma variação negativa de 9,16%. Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise, dos quais destaca-se a alteração das premissas de juros e inflação e a movimentação ocorrida na massa de participantes em decorrência do programa de aposentadoria incentivada implementado pela patrocinadora. A provisão matemática a constituir, equivalente à amortização das

contribuições extraordinárias (de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008), apresentou uma variação de 1,33%, também resultante da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômicos-financeiros e pela amortização de um ano do período total considerado, de 16,5 anos conforme apresentado no encerramento do exercício de 2015.

## 12.2. Plano PSII

<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Benefícios Concedidos (BD)	625.155	507.775
Benefícios a Conceder (BD)	80.546	73.845
Benefícios a Conceder (CD)	1.951.179	1.812.888
<b>Total</b>	<b>2.656.880</b>	<b>2.394.508</b>

Comparativamente ao fechamento do exercício anterior, o impacto na provisão matemática de benefícios a conceder, referente à parcela de benefício definido, foi uma variação positiva de 9,07%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise.

Com relação à provisão matemática relativa à parcela de contribuição definida, observou-se um aumento de 7,63%. Tal variação decorre da rentabilidade alcançada pelos ativos do plano, de 10,99%, conjugada com as contribuições realizadas para o plano e a movimentação de participantes, onde destaca-se a movimentação ocorrida com o programa de aposentadoria incentivada implementado pela patrocinadora em 2016.

A provisão matemática de benefícios concedidos apresentou no exercício um acréscimo de 23,12%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise, dos quais destaca-se a alteração da premissa de juros e a movimentação ocorrida em decorrência do programa de aposentadoria incentivada da patrocinadora.

Em decorrência principalmente da movimentação ocorrida na massa de participantes, a duration do passivo do PSII reduziu de 13,5 anos, em dezembro de 2015, para 12,5 anos, em dezembro de 2016.

## 13. EQUILÍBRIO TÉCNICO

### 13.1. Plano PSI

O balanço patrimonial de 31/12/2016 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$2.045.494 bilhões, inferior às provisões matemáticas avaliadas em R\$2.135.609 bilhões, conduzindo a um déficit técnico de R\$90.114 milhões.

O principal motivo da redução do déficit foi a alteração da taxa de juros que passou de 5,69% a.a. para 5,94% a.a., reduzindo em R\$53.371 milhões as provisões matemáticas do plano.

O equilíbrio técnico foi ajustado em cumprimento ao artigo 28-A da Resolução CGPC 26/08, que dispõe: "O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit." O ajuste de precificação foi de R\$ 20.249 milhões, conforme tabela a seguir.

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2016	PU RECALCULADO EM 31/12/2016	VLR CONTÁBIL 31/12/2016	VLR AJUSTADO 31/12/2016	AJUSTE
NTN-B	7,39%	15/05/2017	1663	2.963,53	2.978,11	4.928	4.952	24
NTN-B	6,65%	15/05/2017	2723	2.970,94	2.978,11	8.090	8.109	19
NTN-B	7,39%	15/05/2017	1662	2.963,53	2.978,11	4.925	4.950	25
NTN-B	7,82%	15/05/2017	386	2.959,26	2.978,11	1.142	1.150	8
NTN-B	7,39%	15/05/2017	3325	2.963,53	2.978,11	9.854	9.902	48
NTN-B	7,82%	15/05/2017	5149	2.959,26	2.978,11	15.237	15.334	97
NTN-B	7,45%	15/05/2017	3427	2.962,93	2.978,11	10.154	10.206	52
NTN-B	7,77%	15/05/2017	11400	2.959,76	2.978,11	33.741	33.950	209
NTN-B	6,59%	15/08/2020	14366	2.968,01	3.027,18	42.638	43.488	850
NTN-B	6,59%	15/08/2020	1150	2.968,01	3.027,18	3.413	3.481	68
NTN-B	6,59%	15/08/2020	1120	2.968,01	3.027,18	3.324	3.390	66
NTN-B	7,76%	15/05/2023	10000	2.732,00	2.990,31	27.320	29.903	2.583
NTN-B	7,75%	15/08/2024	4200	2.739,56	3.034,60	11.506	12.745	1.239
NTN-B	6,20%	15/08/2030	10000	2.973,69	3.042,15	29.737	30.421	684
NTN-B	6,44%	15/08/2030	7276	2.912,38	3.042,15	21.190	22.135	945
NTN-B	6,21%	15/05/2035	39625	2.918,02	3.003,09	115.626	118.998	3.372
NTN-B	6,19%	15/08/2040	10000	2.959,42	3.049,06	29.594	30.491	897
NTN-B	6,27%	15/08/2040	5000	2.931,59	3.049,06	14.658	15.245	587
NTN-B	6,35%	15/08/2040	5000	2.904,15	3.049,06	14.521	15.245	724
NTN-B	6,33%	15/08/2040	3000	2.910,98	3.049,06	8.733	9.147	414
NTN-B	6,29%	15/08/2040	1000	2.924,69	3.049,06	2.925	3.049	124
NTN-B	6,84%	15/05/2045	4104	2.681,92	3.008,70	11.007	12.348	1.341
NTN-B	6,32%	15/08/2050	3000	2.899,65	3.053,65	8.699	9.161	462
NTN-B	6,32%	15/08/2050	1000	2.899,65	3.053,65	2.900	3.054	154
NTN-C	6,36%	01/04/2021	13000	3.609,37	3.663,23	46.922	47.622	700
NTN-C	6,36%	01/04/2021	13000	3.609,37	3.663,23	46.922	47.622	700
NTN-C	6,36%	01/04/2021	5891	3.609,37	3.663,23	21.263	21.580	317
NTN-C	6,35%	01/04/2021	24100	3.610,64	3.663,23	87.016	88.284	1.268
NTN-C	6,35%	01/04/2021	30725	3.610,64	3.663,23	110.937	112.553	1.616
NTN-C	6,35%	01/04/2021	6376	3.610,64	3.663,23	23.021	23.357	336
NTN-C	6,35%	01/04/2021	5100	3.610,64	3.663,23	18.414	18.682	268
NTN-C	6,35%	01/04/2021	987	3.610,64	3.663,23	3.564	3.616	52
<b>Total</b>						<b>793.921</b>	<b>814.170</b>	<b>20.249</b>

Após o ajuste do ativo, o PSI apresenta um déficit no valor de R\$69.865 milhões. A cobertura das provisões matemáticas face ao ativo líquido patrimonial é de 96,73% em dezembro de 2016.

O déficit técnico acumulado no plano, correspondente a 3,27% das provisões matemáticas, é inferior ao limite calculado conforme critério disposto na Resolução CGPC 26/08, que resulta em 6,5% das provisões matemáticas. Portanto, de acordo com as regras vigentes não há necessidade de elaboração de plano de equacionamento de déficit.

### 13.2. Plano PSII

O balanço patrimonial de 31/12/2016 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$3.025.447 bilhões. É, portanto, superior às provisões matemáticas avaliadas em R\$2.656.880 bilhões, conduzindo ao superávit técnico de R\$368.567 milhões, dos quais R\$ 158.783 milhões foram alocados na reserva de contingência e R\$209.784 milhões na reserva especial.

Em dezembro de 2016 o PSII apresentou uma duration do passivo de 12,5 anos, sendo contabilizados na reserva de contingência o equivalente ao limite de 22,5% das provisões matemáticas.

O incremento observado no superávit do plano, em relação ao encerramento do exercício anterior, foi devido principalmente à alteração das premissas de juros e da movimentação ocorrida no plano.

Apesar do resultado superavitário de 2016, com constituição de reserva especial, só haverá obrigatoriedade de revisão do plano para destinação de superávit, após o decurso de três exercícios consecutivos, a partir da constituição da reserva especial, ou seja, a partir de 2015, sendo o exercício de 2016 o segundo ano consecutivo com constituição de reserva especial.

De acordo com as regras vigentes da Resolução CGPC 26/08, foram adotadas as regras para os ajustes de precificação nos ativos do plano. No entanto, uma vez que o plano não terá destinação de Superávit, o ajuste de precificação não é aplicável.

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2016	PU RECALCULADO EM 31/12/2016	VLR CONTÁBIL 31/12/2016	VLR AJUSTADO 31/12/2016	AJUSTE
NTN-B	7,35%	15/08/2020	11950	2.900,85	3.037,35	13.970	14.628	658
NTN-B	5,95%	15/08/2022	2744	3.030,00	3.046,32	3.351	3.369	18
NTN-B	6,02%	15/08/2022	10000	3.020,53	3.046,32	12.173	12.277	104
NTN-B	7,76%	15/05/2023	10000	2.732,00	3.006,93	9.335	10.275	940
NTN-B	7,29%	15/08/2024	13450	2.810,80	3.053,86	15.236	16.553	1.317
NTN-B	6,34%	15/08/2030	10460	2.937,71	3.071,76	12.384	12.949	565
NTN-B	6,44%	15/08/2030	10505	2.912,38	3.071,76	12.330	13.004	674
NTN-B	6,44%	15/08/2030	18215	2.912,38	3.071,76	21.379	22.549	1.170
NTN-B	6,03%	15/08/2030	17047	3.018,21	3.071,76	20.735	21.103	368
NTN-B	6,02%	15/08/2030	14964	3.020,85	3.071,76	18.217	18.524	307
NTN-B	6,29%	15/08/2030	10000	2.950,49	3.071,76	11.890	12.379	489
NTN-B	6,19%	15/08/2030	10000	2.976,29	3.071,76	11.994	12.379	385
NTN-B	6,16%	15/08/2030	2000	2.984,08	3.071,76	2.405	2.476	71
NTN-B	6,00%	15/08/2040	10021	3.027,17	3.089,81	12.225	12.478	253
NTN-B	5,98%	15/08/2040	17992	3.034,44	3.089,81	22.002	22.404	402
NTN-B	6,03%	15/08/2040	3570	3.016,32	3.089,81	4.340	4.445	105
NTN-B	6,03%	15/08/2040	16546	3.016,32	3.089,81	20.113	20.603	490
NTN-B	6,07%	15/08/2040	12124	3.001,94	3.089,81	14.667	15.097	430
NTN-B	6,08%	15/08/2040	9781	2.998,36	3.089,81	11.819	12.179	360
NTN-B	6,33%	15/08/2040	5000	2.910,98	3.089,81	5.866	6.226	360
NTN-B	6,33%	15/08/2040	2000	2.910,98	3.089,81	2.346	2.491	145
NTN-B	6,37%	15/08/2040	5000	2.897,36	3.089,81	5.838	6.226	388
NTN-B	6,29%	15/08/2040	4000	2.924,69	3.089,81	4.715	4.981	266
NTN-B	6,84%	15/05/2045	4104	2.681,92	3.052,92	3.761	4.281	520
NTN-B	5,97%	15/08/2050	501	3.041,00	3.100,78	614	626	12
NTN-B	6,02%	15/08/2050	13000	3.020,11	3.100,78	15.822	16.245	423
NTN-B	6,25%	15/08/2050	20000	2.927,03	3.100,78	23.592	24.992	1.400
NTN-B	6,40%	15/08/2050	10000	2.868,88	3.100,78	11.562	12.496	934
NTN-B	6,72%	15/08/2050	10000	2.751,15	3.100,78	11.087	12.496	1.409
NTN-B	5,97%	15/08/2050	15491	3.041,00	3.100,78	18.985	19.358	373
NTN-B	6,01%	15/08/2050	2007	3.024,27	3.100,78	2.446	2.508	62
NTN-B	6,03%	15/08/2050	10025	3.015,96	3.100,78	12.185	12.528	343
NTN-B	5,97%	15/08/2050	20488	3.041,00	3.100,78	25.109	25.602	493
NTN-B	6,00%	15/08/2050	19602	3.028,44	3.100,78	23.923	24.495	572
NTN-B	6,21%	15/08/2050	10000	2.942,87	3.100,78	11.860	12.496	636
NTN-B	6,32%	15/08/2050	1000	2.899,65	3.100,78	1.169	1.250	81
NTN-B	6,32%	15/08/2050	1000	2.899,65	3.100,78	1.169	1.250	81
<b>Total</b>						<b>432.614</b>	<b>450.218</b>	<b>17.604</b>

## 14. FUNDOS

Estão registrados os recursos destinados a um propósito específico, conforme item 4.9.

### 14.1. Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais foram reavaliados em 31/12/2016 no montante de R\$ 179.276 milhões, estando assim discriminados: (i) Fundo de Compensação Cotas Excedentes: Plano PSII CD R\$ 14.858 milhões; (ii) Fundo de Cobertura Anti-Seleção de Risco: Plano PSII BD R\$ 14.680 milhões; e (iii) Fundo de Longevidade: Plano PSII BD R\$ 149.738 milhões.

### 14.2. Fundo Administrativo Previdencial

Os saldos dos fundos administrativos, registrados nos planos de benefícios, referem-se as parcelas equivalentes às participações dos planos no fundo administrativo no PGA. Esse procedimento é adotado em atendimento ao item 6 do Anexo A da instrução MPS/SPC 34/09, que determina o registro, ao final de cada mês, nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, com os seguintes saldos: PSI R\$ 45.701 milhões; PSII BD R\$ 14.684 milhões; e PSII CD R\$ 40.257 milhões.

### 14.3. Fundos de Investimento

Os saldos dos Fundos de Investimento foram reavaliados em 31/12/2016 no montante de R\$ 5.406 milhões, estando assim discriminados: (i) Quota de Quitação por Morte: PSI R\$ 2.008 milhões; PSII BD R\$ 123 mil; e PSII CD R\$ 1.319 milhões; e (ii) Fundo de Oscilação e Risco: PSI R\$ 1.119 milhões; PSII BD R\$ 38 mil; e PSII CD R\$ 799 mil.

### 15. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Serpros, atendendo à determinação legal contida na Resolução CGPC 29/09, efetuou suas operações administrativas em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), aprovado pelo Interventor, conforme DL 04/15, em 22/12/2015.

Em 2016 o total de receitas (custeio da gestão administrativa) foi de R\$ 35.787 milhões e o total de despesas administrativas foi de R\$ 24.193 milhões, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2016	2015
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>89.047</b>	<b>87.648</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>35.787</b>	<b>27.584</b>
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(24.193)</b>	<b>(26.124)</b>
Pessoal e Encargos	(14.213)	(15.037)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(354)	(268)
Viagens e Estadias	(372)	(378)
Serviços de Terceiros	(3.665)	(4.873)
Despesas Gerais	(1.248)	(1.239)
Depreciações e Amortizações	(1.155)	(1.133)
Tributos	(2.109)	(1.721)
Outras Despesas	(1.077)	(1.475)
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>-</b>	<b>(61)</b>
<b>4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo</b>	<b>11.594</b>	<b>1.399</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual</b>	<b>100.641</b>	<b>89.047</b>

O fundo administrativo sofreu uma variação positiva de 13% com relação ao fechamento de 2015. Esse acréscimo de R\$ 11.594 milhões foi em razão, principalmente, da rentabilidade positiva do Fundo de Investimento do PGA e do trabalho de reestruturação do Serpros, com a consequente redução das despesas administrativas. Esta rentabilidade ocorreu devido a estratégia de aquisição, no 3º e 4º trimestres de 2015, durante a intervenção, de Títulos Públicos para a carteira, conseguindo aproveitar o excelente momento de mercado. Foram dois fatores principais para a rentabilização: (i) nos títulos marcados a mercado, a melhora das expectativas econômicas fez com que as taxas desses títulos caíssem, impactando positivamente a carteira; (ii) na parcela da curva, o rendimento está fixado em IPCA 7,55% aa, com vencimento apenas em 2023 (o índice de referência é INPC + 5,78%).

O fundo administrativo do PGA tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa do Serpros. A constituição do fundo representa a sobra entre o total de receitas e o total de despesas no exercício.

## 16. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

Foram realizados os ajustes e eliminações de consolidação em atendimento ao disposto nos itens 28 e 29 da instrução normativa MPS/SPC 34/09, conforme a seguir.

Grupo de Contas	Planos				Eliminação da Consolidação		Saldo Consolidado
	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Débito	Crédito	
Disponível	329	266	1.425	79	-	-	2.099
Realizável	2.101.270	1.289.343	2.061.897	86.107	-	102.214	5.436.403
Gestão Previdencial	6.561	11.857	17.106	-	-	1.456	34.068
Gestão Administrativa	45.701	14.684	40.257	1.698	-	100.749	1.591
Investimentos	2.049.008	1.262.802	2.004.534	84.409	-	9	5.400.744
Permanente	-	-	-	16.480	-	-	16.480
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.101.599</b>	<b>1.289.609</b>	<b>2.063.322</b>	<b>102.666</b>	<b>-</b>	<b>102.214</b>	<b>5.454.982</b>
Exigível Operacional	4.285	13.849	54.356	1.964	1.572	-	72.882
Gestão Previdencial	1.647	13.429	52.654	-	1.457	-	66.273
Gestão Administrativa	-	-	-	1.964	-	-	1.964
Investimentos	2.638	420	1.702	-	115	-	4.645
Exigível Contingencial	2.992	22.230	553	61	-	-	25.836
Gestão Previdencial	1.734	22.090	-	-	-	-	23.824
Gestão Administrativa	-	-	-	61	-	-	61
Investimentos	1.258	140	553	-	-	-	1.951
Patrimônio Social	2.094.322	1.253.530	2.008.413	100.641	100.642	-	5.356.264
Patrimônio de Cobertura	2.045.494	1.074.267	1.951.180	-	-	-	5.070.941
Fundos	48.828	179.263	57.233	100.641	100.642	-	285.323
Previdencial	-	164.418	14.858	-	-	-	179.276
Administrativo	45.701	14.684	40.257	100.641	100.642	-	100.641
Investimentos	3.127	161	2.118	-	-	-	5.406
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.101.599</b>	<b>1.289.609</b>	<b>2.063.322</b>	<b>102.666</b>	<b>102.214</b>	<b>-</b>	<b>5.454.982</b>

## 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1. Provisões para perdas e crédito de liquidação duvidosa e status de acompanhamento (item 8.1.6.1). Em janeiro o administrador do FIM Botafogo reconheceu na carteira do fundo 100% da provisão para devedores duvidosos a debênture de emissão da Brazpeixes. Não tendo mais a necessidade do reconhecimento pelo Serpros, foi revertida no mesmo mês a provisão de 8%.

17.2. Bloqueio Judicial – FIP FP2 (item 8.1.8.5.1). Em 07/02/2017 foi decretada a falência de Brasil Foodservice Manager S.A. – BFM e Porcão Licenciamentos e Participações S.A., ambas sociedades indiretamente controladas pela Brasil Alimentos S.A. - Brazal, investida do FP2, Fundo de Investimento em Participações em que o Serpros é cotista. A ação foi autuada sob o nº 0411258-46.2014.8.19.0001 e está em curso perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, atualmente sob sigilo de justiça. O Serpros não foi intimado diretamente, ou mesmo informado pelo administrador do fundo que investe na controladora indireta das sociedades falidas, e teve ciência do caso e acesso às informações respectivas pela mídia. Ainda que o caso esteja sob sigilo judicial, estão em análise os efeitos da decretação de falência sobre as ações judiciais em que Serpros é parte, não tendo sido identificadas, conforme informações ora disponíveis, consequências diretas ao Serpros.

17.3. Intervenção (item 1). A intervenção foi prorrogada pela Portaria PREVIC nº170, de 02 de março de 2017, divulgada no DOU 06/03/2017, pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar de 04/03/2017.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 28 de abril de 2017, que é à data da aprovação das Demonstrações Contábeis pelo Interventor.

**Reconhecemos a exatidão do presente relatório.**

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2016.

**Walter de Carvalho Parente**  
Interventor  
CPF 122.669.573-68

**Tatiana Rios dos Santos Gelain**  
Contadora – CRC/RJ 079940/O-3  
CPF 047.865.637-81

**Tatiana Cardoso Guimaraes da Silva**  
Atuária - MIBA 1042  
CPF 075.220.447-58

## **PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO**

### **1- Introdução**

O Plano de Benefícios Serpro I - PSI é estruturado na modalidade de benefício definido, cujas provisões matemáticas são avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

Destaca-se que este plano está fechado a novas adesões (em extinção) desde 1996 e foi saldado em 1º de abril de 2013.

### **2- Dados Cadastrais**

Admitimos o cadastro de 31/12/2016 utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

### **3- Metodologia Aplicada**

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano pautou-se no método do Prêmio Nivelado Coletivo, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e normas vigentes.

Até o fechamento do exercício de 2012, o método adotado para a avaliação do Plano de Benefícios Serpro I- PSI era o Agregado, originário da concepção do plano. Em novembro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, através do Relatório de Fiscalização Nº 27/2013/ERRJ/Previc, determinou a alteração do método de financiamento para o método do Prêmio Nivelado.

### **4- Provisões Matemáticas**

Consignadas no balanço da entidade em 31/12/2016, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios Serpro I - PSI foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:



CONTAS	Valores em R\$	
	dez/15	dez/16
PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.038.182.106,06	2.135.607.800,05
Benefícios Concedidos	1.189.180.925,35	1.375.664.577,21
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.189.180.925,35	1.375.664.577,21
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	959.989.381,27	1.136.886.779,21
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	229.191.544,08	238.777.798,00
Benefícios a Conceder	956.746.253,29	869.126.665,06
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	921.124.664,47	836.109.920,90
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.098.078.833,21	996.686.910,28
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(88.477.084,37)	(80.288.494,69)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(88.477.084,37)	(80.288.494,69)
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Não Programado	35.621.588,82	33.016.744,16
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	42.451.106,00	39.342.617,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.414.758,59)	(3.162.936,42)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(3.414.758,59)	(3.162.936,42)
Provisão Matemática a Constituir	(107.745.072,58)	(109.183.442,22)
Déficit Equacionado	(107.745.072,58)	(109.183.442,22)
Patrocinadoras	(53.872.536,29)	(54.591.721,11)
Participantes	(28.134.677,31)	(24.704.273,74)
Assistidos	(25.737.858,98)	(29.887.447,37)

No fechamento deste exercício comparativamente a dezembro de 2015, observou-se que a provisão matemática de benefícios concedidos apresentou uma variação positiva de 15,68% e a provisão matemática de benefícios a conceder uma variação negativa de 9,16%. Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise, dos quais destaca-se a alteração das premissas de juros e inflação e a movimentação ocorrida na massa de participantes em decorrência do programa de aposentadoria incentivada implementado pela patrocinadora. A provisão matemática a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias (de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008), apresentou uma variação de 1,33%, também resultante da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômicos-financeiros e pela amortização de um ano do período total considerado, de 16,5 anos conforme apresentado no encerramento do exercício de 2015.

## 5- Precificação do Ativo

O valor do ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC 16/2014, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. O valor do ajuste, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit.

Ressalte-se que o ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Conforme disposto na Portaria Previc 29/2017, utilizando a planilha eletrônica divulgada pela Previc, a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual de 5,94%a.a. e o valor contábil desses títulos para o plano PSI, considerando os requisitos dispostos no art. 9º da Instrução Previc 19/2015, totaliza R\$20.249.406,27 conforme discriminado no quadro a seguir:

POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	435.863.508,63	450.856.172,15	14.992.663,52
NTN-C	358.058.751,37	363.315.494,12	5.256.742,75
TOTAL	793.922.260,00	814.171.666,27	20.249.406,27

Fonte: Estudo realizado pela Consultoria I9Advisory - Valores em R\$

## 6- Resultado do Exercício

### 6.1 - Resultado antes do ajuste do ativo

O balanço patrimonial de 31/12/2016 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$2.045.493.917,27, inferior às provisões matemáticas avaliadas em R\$2.135.607.800,05, conduzindo a um déficit técnico de R\$90.113.882,78.

A rentabilidade das cotas do plano, no exercício, foi de 12,96%, inferior à exigência atuarial de 13,50%, esta última composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 5,69% a.a.

O principal motivo da redução do déficit em 36,70% em relação ao encerramento do exercício anterior foi a alteração da taxa de juros que passou de 5,69% a.a. para 5,94% a.a., reduzindo em R\$53.370.598,44 as Provisões Matemáticas do Plano.

### 6.2 - Resultado após o ajuste do ativo

Conforme art. 10 da Instrução Previc 19/2015, para fins de equacionamento de déficit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.



De acordo com o anexo à Resolução CNPC 16/2014, o ajuste do PSI conforme necessidade de equilíbrio técnico está disposto no quadro a seguir:

Valores em R\$

Descrição	Dezembro/2015	Dezembro/2016
Apuração do Equilíbrio técnico ajustado		
a) Resultado Realizado	-142.364.683,93	-90.113.882,78
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-142.364.683,93	-90.113.882,78
b) Ajuste de Precificação	32.845.079,87	20.249.406,27
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-109.519.604,06	-69.864.476,51

Após o ajuste do ativo, o PSI apresenta um déficit no valor de R\$69.864.476,51. A cobertura das provisões matemáticas face ao ativo líquido patrimonial é de 96,73% em dezembro de 2016.

Considerando o equilíbrio técnico ajustado observado no encerramento do exercício de 2016, o plano ainda apresenta insuficiência patrimonial. De acordo com a Resolução CGPC 26/2008, alterada pela Resolução CNPC 22/2015, o plano de equacionamento deverá ser elaborado e aprovado até o final do exercício subsequente se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo – 4) x Provisão Matemática

Aplicando a fórmula acima, como a duração do passivo do PSI é de 10,5 anos, temos que o limite do déficit acumulado é de 6,5% do valor da provisão matemática. Como o déficit técnico ajustado, equivalente a 3,27% do valor da provisão matemática do plano, é inferior ao limite previsto para equacionamento, não é necessária a elaboração de plano de equacionamento.

O ajuste de precificação impactou o plano de forma a reduzir o déficit técnico. Para a definição da marcação dos títulos entre as categorias mercado e vencimento foi considerada a capacidade financeira do plano através do estudo de ALM – *Assets Liability Management* que tem como objetivo identificar a alocação de ativos que apresenta melhor resultado através da mitigação dos riscos de liquidez e solvência dos planos. No estudo de liquidez para geração de recursos financeiros para honrar as obrigações previdenciárias com os pagamentos dos benefícios, são considerados como ativos, que atendem diretamente ao fluxo de caixa do passivo, investimentos com liquidez e vencimento programado como a renda fixa, títulos públicos e privados. São desconsiderados, para atendimento ao fluxo de caixa do passivo, os ativos provisionados como perda e os com baixo nível de liquidez, o qual incluem: fundo em investimentos em participações, ativos imobiliários e os outros realizáveis.

Desta forma, considerando a base de dados dos participantes, a carteira de ativos, as premissas atuariais e o cenário econômico, o estudo de ALM, indica que o PSI possui capacidade financeira para manutenção dos títulos na categoria mantidos até o vencimento sem nenhum apontamento de necessidade de alteração nas marcações da categoria vencimento para mercado.



## 7- Custeio Administrativo

Procedemos à avaliação atuarial adotando as fontes e o critério de custeio administrativo aprovados pelo interventor do Serpros, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, para vigência a partir de 1/1/2017. Mediante avaliação específica realizada indicou-se a viabilidade da manutenção das quatro fontes de custeio atualmente adotadas para custeio das despesas administrativas: rentabilidade real do fundo administrativo já constituído, carregamento administrativo de 3,75% a.a. incidente sobre as contribuições vertidas ao plano, receita da administração de empréstimo e resultados de investimento.

## 8- Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa um dos principais riscos na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos.

Para tanto, o Serpros realiza estudo técnico de acordo com a legislação vigente e acompanhamento anual das premissas atuariais visando identificar as premissas mais aderentes a cada plano.

As premissas utilizadas na avaliação, para a vigência a partir de 1/1/2017, foram aprovadas pelo interventor da entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC 109/2001 e Resolução CGPC 18/2006.

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas comparativamente ao exercício anterior:

<b>Premissa</b>	<b>2015/2016</b>	<b>2015/2016</b>
Taxa de Inflação	5,50% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de Juros	5,69%a.a.	5,94%a.a.
Crescimento Salarial	0,00%a.a.	0,00%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Grupal Americana	Grupal Americana
Morbidez	Experiência Stea suavizada	Experiência Stea suavizada
Herdeiros	Experiência Serpro	Experiência Serpro

Desde o saldamento do plano, não há mais adoção da premissa de crescimento salarial.

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, respeitando os limites legais vigentes, foram alteradas as premissas concernentes a inflação e taxa de juros.

Para a determinação do fator de capacidade, toma-se por base estudo realizado pela área de investimento do Serpros, que apontou uma perspectiva de inflação média no longo prazo de 5,0% a.a.. O impacto desta alteração foi o aumento do passivo do plano em R\$4.698.108,40.

Para definição da taxa real de juros a ser adotada no exercício de 2017 e demonstração de aderência e adequação, foi realizado pela consultoria I9Advisory, em conformidade com as Resoluções CNPC 15 e 16, de 2014, e Instrução Previc 23/2015, estudo técnico que indicou a taxa de retorno do plano igual a 5,94%, já considerando a adoção dos resultados dos investimentos como fonte de custeio para as despesas administrativas. Desta forma, foi aprovada a adoção da taxa de juros de 5,94% a.a. para o PSI. O impacto desta alteração foi a redução do passivo do plano em R\$53.370.598,44.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alteração.

## 9- Custos do Plano

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente à última avaliação, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação ao valor atual da folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos* benefícios	dez/15	dez/16
	64,10%	44,63%

\*Considera o ajuste do patrimônio de cobertura do plano, conforme item 5 deste parecer

Contribuições	dez/15	dez/16
Patrocinadores	136,35%	188,48%
Normal	104,82%	145,92%
Extraordinária	31,53%	42,55%
Participantes Ativos	2,00%	2,03%
Normal	0,00%	0,00%
Extraordinária	2,00%	2,03%
Assistidos	12,50%	12,50%
Normal	9,26%	9,26%
Extraordinária	3,24%	3,24%

\* A partir de 2015 as contribuições extraordinárias estão sendo amortizadas pelo período de 16,5 anos.



Verifica-se uma redução do custo global dos benefícios, que está condizente com a Redução do déficit do plano em decorrência, principalmente, da alteração da premissa de taxa de juros.

O percentual de contribuições dos patrocinadores considera o valor de contribuições relativas a ativos e assistidos, dividido pelo valor atual da folha salarial.

## 10- Conclusão

Desde o saldamento os riscos inerentes ao plano foram minimizados, já que deixou de ser dependente do nível salarial dos participantes ativos e do valor do benefício do INSS. Contudo, como o plano é da modalidade de benefício definido, dependente da rentabilidade patrimonial, deve-se manter o monitoramento constante, visando o equilíbrio do plano.

Com a legislação que trata sobre a definição da taxa de juros, devem-se observar os limites mínimos e máximo para a meta atuarial, sendo que pelo critério vigente esses limites poderão variar anualmente em função da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média.

Verifica-se que a redução da situação deficitária do plano em 2016 ocorreu principalmente devido à alteração da premissa de taxa de juros, que passou de 5,69%a.a. para 5,94%a.a..

Após o ajuste de precificação dos ativos, o déficit técnico ajustado, equivalente a 3,27% do valor da provisão matemática do plano, é inferior ao limite legal previsto na Resolução CNPC 22/2015. Portanto, não há necessidade de elaboração de plano de equacionamento de déficit.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2017.

  
Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
ATUÁRIA – MIBA Nº 1042

  
Paula Martignoni  
ATUÁRIA – MIBA Nº 1071

## PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO II

### 1. Introdução

O Plano de Benefícios Serpro II – PS II é estruturado na modalidade de contribuição variável, sendo de contribuição definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de benefício definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as provisões matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

### 2. Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro de 31/12/2016 utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

### 3. Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano PSII em sua parcela de benefício definido, pautou-se no método do Prêmio Nivelado Coletivo, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e normas vigentes, que preconizam que nos planos estruturados na modalidade de benefício definido pelo regime de capitalização, o método mínimo de financiamento dos encargos atuariais necessários para garantir os benefícios do plano é o crédito unitário.

Até o fechamento do exercício de 2012, o método adotado para a avaliação do Plano de Benefícios Serpro II - PSII benefício definido era o Agregado, originário da concepção do plano. Em novembro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, através do Relatório de Fiscalização Nº 28/2013/ERRJ/Previc, determinou a alteração do método de financiamento para o método do Prêmio Nivelado.

Com relação à parcela de contribuição definida, a metodologia utilizada é a de capitalização individual, que é a metodologia aplicável aos planos dessa modalidade.

### 4. Provisões Matemáticas

Consignadas no balanço da entidade em 31/12/2016, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios Serpro II – PS II foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:



*Valores em R\$*

CONTA	dez/15	dez/16
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	2.394.506.759,91	2.656.879.843,87
Benefícios Concedidos	507.774.627,10	625.155.338,50
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	507.774.627,10	625.155.338,50
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	417.635.510,94	521.299.251,20
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	90.139.116,16	103.856.087,30
Benefícios a Conceder	1.886.732.132,81	2.031.724.505,37
Contribuição Definida	1.812.887.592,51	1.951.178.900,83
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	470.644.842,90	549.404.952,19
Saldo de Contas – Parcela Participantes	1.342.242.749,61	1.401.773.948,64
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	-	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	-
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização não Programado	73.844.540,30	80.545.604,54
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	250.869.923,62	266.274.762,88
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(88.512.691,66)	(92.864.579,17)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(88.512.691,66)	(92.864.579,17)

Os fundos previdenciais, constituídos para dar maior garantia ao plano, foram reavaliados em R\$ 179.276.342,26 em dezembro de 2016, estando assim discriminados:

Fundos	dez/15	dez/16
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Adesão	R\$ 12.772.637,94	R\$ 14.680.145,45
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Longevidade	R\$ 134.916.120,15	R\$ 149.737.344,32
Fundo de Compensação de Cotas Excedentes	R\$ 11.853.210,55	R\$ 14.858.852,49

Onde:

*Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Adesão: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do ingresso de participantes com perfil etário/salarial discrepante daquele que serve de base para a elaboração do plano de custeio dos benefícios de risco do plano.*

*Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Longevidade: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do aumento da expectativa de vida relativamente à experiência de mortalidade adotada na avaliação do plano de benefícios.*

*Fundo de Compensação de Cotas Excedentes: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.*



Comparativamente ao fechamento do exercício anterior, o impacto na provisão matemática de benefícios a conceder, referente à parcela de benefício definido, foi uma variação positiva de 9,07%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise.

Com relação à provisão matemática relativa à parcela de contribuição definida, observou-se um aumento de 7,63%. Tal variação decorre da rentabilidade alcançada pelos ativos do plano, de 10,99%, conjugada com as contribuições realizadas para o plano e a movimentação de participantes, onde destaca-se a movimentação ocorrida com o programa de aposentadoria incentivada implementado pela patrocinadora em 2016.

A provisão matemática de benefícios concedidos apresentou no exercício um acréscimo de 23,12%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise, dos quais destaca-se a alteração da premissa de juros e a movimentação ocorrida em decorrência do programa de aposentadoria incentivada da patrocinadora.

Em decorrência principalmente da movimentação ocorrida na massa de participantes, a *duration* do passivo do PSII reduziu de 13,5 anos, em dezembro de 2015, para 12,5 anos, em dezembro de 2016.

## **5. Precificação do Ativo**

O valor do ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC 16/2014, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Anteriormente à destinação do superávit, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

Ressalte-se que o ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Conforme disposto na Portaria Previc 29/2017, utilizando a planilha eletrônica divulgada pela Previc, a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual de 5,83%a.a. e o valor contábil desses títulos para o Plano PSII, considerando os requisitos dispostos no art. 9º da Instrução Previc 19/2015, totaliza R\$17.603.825,52, conforme discriminado no quadro a seguir:



POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	432.611.021,21	450.214.846,73	17.603.825,52
NTN-C	-	-	-
TOTAL	432.611.021,21	450.214.846,73	17.603.825,52

Fonte: Estudo realizado pela Consultoria I9Advisory - Valores em R\$

## 6. Resultado do Exercício

### 6.1 - Resultado antes do ajuste do ativo

O balanço patrimonial de 31/12/2016 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$3.025.446.300,16. É, portanto, superior às provisões matemáticas avaliadas em R\$2.656.879.843,87, conduzindo ao superávit técnico de R\$368.566.456,29. De acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC 26/2008 alterado pelo artigo 1º da Resolução CNPC 22/2015, o valor a ser constituído como reserva de contingência corresponde a 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da reserva de contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano) ] x provisão matemática.

Em dezembro de 2016 o PS-II apresentou uma duration do passivo de 12,5 anos, sendo contabilizados R\$158.782.712,18 na reserva de contingência, equivalentes ao limite de 22,5% das provisões matemáticas encontrado através da fórmula acima. O restante do superávit, no valor de R\$209.783.744,11 foi alocado na reserva especial.

O incremento observado no superávit do plano, em relação ao encerramento do exercício anterior, de R\$ 43.136.230,41, foi devido principalmente à alteração das premissas de juros e da movimentação ocorrida no plano.

O plano PSII possui superávit desde de 2010, quando foi feita a reversão do Fundo de oscilação de risco, no valor de R\$106.938.664,57. Desde então, o superávit do plano aumentou, indicando que esse resultado superavitário era decorrente de aspectos não só conjunturais, mas também estruturais, e que o plano de custeio praticado estava superdimensionado para a massa de participantes. Com a implementação das alterações regulamentares do plano, em abril de 2013, o plano de custeio foi ajustado às necessidades de cobertura do plano de benefícios.

De acordo com o art. 20 § 2º da LC 109/2001 e Resolução CGPC 26/2008, que dispõe sobre a apuração, destinação e utilização de superávit, a revisão do plano de benefícios é obrigatória após o decurso de três exercícios consecutivos, a partir da constituição da reserva especial, devendo ser integralmente destinado o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios.

Sendo assim, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo no encerramento do exercício de 2013, a distribuição do superávit no valor de R\$39.172.232,57, equivalente à reserva especial contabilizada em 2010, sendo realizada a constituição de fundo de revisão de plano. Em dezembro de 2014, com a continuidade de resultado superavitário com constituição de reserva especial foi realizada nova reversão da reserva especial para o fundo de revisão de Plano no valor de R\$51.571.911,80. Durante o exercício de 2015 o fundo de revisão de plano foi consumido em sua totalidade para recomposição da reserva de contingência. Como o plano encerrou o exercício de 2014 sem reserva especial, só há obrigatoriedade de revisão do plano após o decurso de três exercícios consecutivos, a partir da constituição da reserva especial, ou seja, a partir de 2015.

A rentabilidade no exercício de 2016, medida pelo sistema de cotas da entidade, foi de 11,47% relativamente à parcela atribuível aos benefícios de risco e 10,99% no que se refere aos saldos de conta de participantes, enquanto a meta atuarial foi de 13,60%, composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 5,78% a.a.

## 6.2 - Resultado após o ajuste do ativo

Conforme art. 10 da Instrução Previc 19/2015, para fins de destinação de superávit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado, se negativo, constante das informações complementares do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.

De acordo com o anexo à Resolução CNPC 16/2014, o valor ajustado do PSII referente à parcela de benefício definido está discriminado no quadro a seguir:

*Valores em R\$*

DESCRIÇÃO	Dezembro/2015	Dezembro/2016
Apuração do equilíbrio técnico ajustado		
a) Resultado realizado	325.430.225,88	368.566.456,29
a.1) Superávit Técnico Acumulado	325.430.225,88	368.566.456,29
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-	-
b) Ajuste de Precificação	19.050.708,11	17.603.825,52
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	325.430.225,88	368.566.456,29

Tendo em vista o ajuste de precificação no PSII ser positivo, este não impactará no resultado do plano.

Destaca-se que para a definição da marcação dos títulos entre as categorias mercado e vencimento foi considerada a capacidade financeira do plano através do estudo de ALM – *Assets Liability Management* que tem como objetivo identificar a alocação de ativos que apresenta melhor resultado através da mitigação dos riscos de liquidez e solvência dos planos. No estudo de liquidez para geração de recursos financeiros para honrar as obrigações previdenciárias com os pagamentos dos benefícios, são considerados como ativos, que atendem diretamente ao fluxo de caixa do passivo, investimentos com liquidez e vencimento programado como a renda fixa, títulos públicos e privados. São

desconsiderados, para atendimento ao fluxo de caixa do passivo, os ativos provisionados como perda e os com baixo nível de liquidez, o qual incluem: fundo em investimentos em participações, ativos imobiliários e os outros realizáveis.

Desta forma, considerando a base de dados dos participantes, a carteira de ativos, as premissas atuariais e o cenário econômico, verificamos que o estudo de ALM, indica que o PSII possui capacidade financeira para manutenção dos títulos na categoria mantidos até o vencimento sem nenhum apontamento de necessidade de alteração nas marcações da categoria vencimento para mercado.

## **7. Custeio Administrativo**

Procedemos à avaliação atuarial adotando as fontes e o critério de custeio administrativo aprovados pelo interventor do Serpros, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, para vigência a partir de 1/1/2017. Mediante avaliação específica realizada indicou-se a viabilidade da manutenção das quatro fontes de custeio atualmente adotadas para custeio das despesas administrativas: rentabilidade real do fundo administrativo já constituído, carregamento administrativo de 3,75% a.a. incidente sobre as contribuições vertidas ao plano, receita da administração de empréstimo e resultados de investimento.

Ressalte-se que os participantes em benefício proporcional diferido não optantes por contribuição espontânea mensal terão a contribuição administrativa diferida para a fase de gozo de benefício, conforme preconiza o art. 35 do regulamento do plano.

## **8. Premissas Atuariais**

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa um dos principais riscos na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos.

Para tanto, o Serpros realiza estudo técnico de acordo com a legislação vigente e acompanhamento anual das premissas atuariais visando identificar as premissas mais aderentes a cada plano.

As premissas utilizadas na avaliação, para a vigência a partir de 1/1/2017, foram aprovadas pelo Interventor da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº18/2006.

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas comparativamente ao exercício anterior:



<b>Premissa</b>	<b>2015/2016</b>	<b>2016/2017</b>
Taxa de Inflação	5,50% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de Juros	5,78%	5,83%
Crescimento Salarial	3,61%a.a.	3,61%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-2000 Suavizada, segregada por sexo	AT-2000 Suavizada, segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Grupal Americana	Grupal Americana
Morbidez	Experiência Stea Suavizada	Experiência Stea Suavizada
Herdeiros	Experiência Serpro	Experiência Serpro

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, respeitando os limites legais vigentes, as premissas concernentes a inflação e taxa de juros foram redimensionadas.

Para a determinação do fator de capacidade, toma-se por base estudo realizado pela área de investimento do Serpros, que apontou uma perspectiva de inflação média no longo prazo de 5,0% a.a.. O impacto desta alteração foi o aumento do passivo do plano em R\$2.035.710,67

Para definição da taxa real de juros a ser adotada no exercício de 2017 e demonstração de aderência e adequação, foi realizado pela consultoria I9Advisory, em conformidade com as Resoluções CNPC 15 e 16, de 2014, e Instrução Previc 23/2015, estudo técnico que indicou a taxa de retorno do plano igual a 5,83%, já considerando a adoção dos resultados dos investimentos como fonte de custeio para as despesas administrativas. Desta forma, foi aprovada a adoção da taxa de juros de 5,83% a.a. para o PSII. O impacto desta alteração foi a redução do passivo do plano em R\$ 5.054.511,22.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alteração.

## 9. Custos do Plano

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente à última avaliação, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação ao valor atual da folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

<b>Custo global dos benefícios</b>	<b>Dez/2015</b>	<b>Dez/2016</b>
	2,876%	2,904%

<b>Contribuições</b>	<b>Dez/2015</b>	<b>Dez/2015</b>
Normais Patrocinadores		
Benefícios Programados <sup>(1)</sup>	7,034%	6,892%
Benefícios de Risco <sup>(2)</sup>	1,438%	1,452%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Normais Participantes Ativos		
Benefícios Programados <sup>(1)</sup>	7,034%	6,892%
Benefícios de Risco <sup>(2)</sup>	1,438%	1,452%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Participantes Assistidos	0,380%	0,380%
Normal	0,380%	0,380%
Extraordinária	-	-

(1) Em relação à folha salarial

(2) Em relação ao valor presente da folha

O custo global dos benefícios de risco passou de 2,876% em 12/2015 para 2,904% em 12/2016, sendo a variação decorrente da movimentação de participantes (novas adesões e entradas em benefício).

Os benefícios programados são calculados em função dos saldos de conta dos participantes. As contribuições referentes a esses benefícios são calculadas com base na média das contribuições realizadas no exercício, destinadas à formação dos saldos de conta, que são as contribuições normais dos participantes (parcela básica de 1% sobre o salário de participação mais um percentual variável, limitado a 15%, sobre o excesso do salário de contribuição em relação a 8 vezes o Valor de Referência Serpro- II).

As contribuições relativas aos benefícios de risco são determinadas a partir da aplicação do plano de custeio vigente (percentuais variáveis de acordo com a idade de adesão ao plano) sobre os salários de contribuição.

As contribuições dos assistidos equivalem a 0,38% dos benefícios e não há paridade patronal.

A variação dos percentuais de contribuição verificada no quadro anterior deve-se à movimentação na massa de participantes e variações salariais.

## 10. Conclusão

O custo do plano de benefícios no que se refere à contribuição definida, não deverá variar por causas exógenas, mas tão somente em função da contribuição variável escolhida pelo participante, observados os limites estabelecidos no regulamento do plano.



A legislação que trata sobre a definição da taxa de juros, dispõe sobre limites mínimos e máximos para a meta atuarial, sendo que pelo critério vigente esses limites poderão variar anualmente em função da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média. Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição variável, alterações na premissa de juros impactam além do montante do passivo referente a parcela benefício definido, os valores das futuras aposentadorias programadas.

Apesar do resultado superavitário de 2016, com constituição de reserva especial, só haverá obrigatoriedade de revisão do plano para destinação de superávit, após o decurso de três exercícios consecutivos, a partir da constituição da reserva especial, ou seja, a partir de 2015, sendo o exercício de 2016 o segundo ano consecutivo com constituição de reserva especial.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2017.



Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
ATUÁRIA – MIBA Nº 1042



Paula Martignoni  
ATUÁRIA – MIBA Nº 1071

À  
DD. DIRETORIA DO  
SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO  
RIO DE JANEIRO – RJ

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos eventuais efeitos do assunto descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

### **Base para opinião com ressalva**

Como fato relevante, destacamos que foi publicada “Decisão nº 26, de 14 de dezembro de 2015 no Diário Oficial de União de 30 de dezembro de 2015, na qual a Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições, faz saber que decidiu sobre o Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito decorrente da decretação de intervenção. Vistos, relatados e discutidos os autos do Inquérito Administrativo em referência, e considerando, à luz de tudo que foi apurado, que restou evidenciado o acerto da PREVIC na decretação de intervenção **(citada em ênfase específica abaixo)** com o objetivo de proteger o patrimônio de participantes e patrocinadoras, considerando também que são robustas as evidências da ocorrência de gestão temerária dos ativos da entidade, e havendo fortes indícios de fraudes, os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por votação unânime, aprovaram na íntegra o Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito, para acolher suas recomendações, especialmente no que concerne ao encaminhamento das conclusões ao Ministério Público, Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil, e à aplicação integral das penalidades propostas, decorrentes de irregularidades administrativas apontadas pela Comissão de Inquérito”. **Tendo em vista que não tivemos acesso ao referido Relatório, não podemos opinar a respeito, constituindo-se em limitação na execução de nossos exames, não sendo possível quantificar eventuais valores e efeitos no resultado do SERPROS.**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Ênfases**

### **Intervenção PREVIC**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, para resguardar os direitos dos participantes e dos assistidos, com base nos incisos I e II do art. 44 da Lei Complementar 109/01, foi decretada a intervenção no SERPROS pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 241, de 05 de maio de 2015, que foi prorrogada pela Portaria nº 587, de 28 de outubro de 2015. Em vista desses fatos, em 28/04/16, novos administradores assumiram a gestão da entidade. No entanto, em setembro de 2016, por meio da Portaria nº 401, de 05 de setembro de 2016, foi decretada uma nova intervenção, a partir daquela data, que, por sua vez, foi prorrogada pela Portaria nº 170, de 02 de março de 2017. As nomeações do interventor (Walter de Carvalho Parente) relativamente a essas intervenções se deram por meio das Portarias nº 242, de 06 de maio de 2015, e nº 402, de 05 de setembro de 2016. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### **Políticas de Investimentos**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.3, em 2016 foram aprovadas pelo Interventor as revisões das Políticas de Investimentos, em vigor a partir de 25/04/2016, tendo validade de abril de 2016 a dezembro de 2020. As Políticas de Investimentos foram elaboradas visando atingir e preservar o equilíbrio atuarial, a segurança e a solvência dos planos de benefícios, estabelecendo os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos investimentos dos recursos correspondentes as respectivas reservas técnicas, fundos e provisões. Para a sua elaboração foram consideradas a Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a Resolução BACEN nº 4.449, de 20 de novembro de 2015, Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e respectivas alterações, a Resolução CGPC nº 07, de 4 de dezembro de 2003, e alterações posteriores, a Instrução PREVIC nº 02, de 18 de maio de 2010 e Instrução PREVIC nº 06, de 14 de dezembro de 2011. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### **Contribuições contratadas em atraso**

De acordo com a nota explicativa nº 6.3.1, em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU nº 6.928/09, e dos problemas de liquidez enfrentados pelo Serpro, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Sobre essas parcelas foram registrados os encargos previstos nos respectivos contratos. Na retomada dos pagamentos, o Serpro, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União e não por sua livre iniciativa, não quitou o montante dos juros moratórios previstos. Montante esse que é atualizado mensalmente e que já está 100% provisionado para crédito de liquidação duvidosa. Também estão registrados os encargos calculados sobre as parcelas atrasadas e as provisões para crédito de liquidação duvidosa, conforme item 4.10. O saldo de R\$ 21 mil é o montante líquido a receber em 31/12/2016 referente às contribuições contratadas em atraso. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Master III**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8.1.6, em 2011, o SERPROS investiu R\$45.000 milhões em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master III. No exercício de 2012, com a decretação da liquidação do Banco BVA, as empresas, cujo o fundo detinha o direito ao crédito, ficaram inadimplentes, levando o administrador a registrar a provisão para crédito de liquidação duvidosa. O Fundo continua com gestor de crise (Brasil Plural), em processo de negociação e recuperação dos ativos em default. As amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB). Até dezembro de 2016, o SERPROS recuperou o valor de R\$ 29.222 milhões, que representa 64,94% do valor aportado no fundo. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### **Bloqueio judicial**

Conforme descrito na nota explicativa nº 8.1.7.5.1, em 28 de julho de 2016 foi determinado, nos autos do processo trabalhista 00110829-98.2014.5.01.0033 que tramita na 33ª Vara do Trabalho/RJ, a penhora da integralidade das Notas do Tesouro Nacional, série B, vencimentos 2023 e 2050, que compõem a carteira do fundo de investimento multimercado Credit CP, uma vez que foi reconhecida a existência de responsabilidade solidária da entidade, por suposta formação de Grupo Econômico com a Brazal Alimentos. Foi determinado, ainda, a liquidação monetária, no valor marcado a mercado, bem como a efetiva e imediata transferência para conta judicial a disposição da 33ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro da capital do RJ-TRT 1ª Região. Em 31 de dezembro os títulos continuam penhorados e o valor de mercado e de R\$ 663.524 milhões. O SERPROS, através de suas consultorias jurídicas interna e externa, adotou todas as medidas judiciais para impedir a liquidação dos títulos, estando atualmente suspenso o referido comando, por força de determinação alcançada via mandado de segurança impetrado pelo SERPROS. Diante do critério de provisionamento de perda, dado que a mesma é considerada remota, já que o Serpros figura tão somente como investidor do FP2/FP1 os títulos continuam classificados na carteira em sua totalidade. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### **Equilíbrio técnico – Plano PSI**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13.1, o balanço patrimonial de 31/12/2016 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$ 2.045.494 bilhões, inferior as provisões matemáticas avaliadas em R\$ 2.135.609 bilhões, conduzindo a um déficit técnico de R\$ 90.114 milhões. O principal motivo da redução do déficit foi a alteração da taxa de juros que passou de 5,69% a.a. para 5,94% a.a., reduzindo em R\$ 53.371 milhões as provisões matemáticas do plano. O equilíbrio técnico foi ajustado em cumprimento ao artigo 28-A da Resolução CGPC 26/08, que dispõe: "O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit." O ajuste de precificação foi de R\$ 20.249 milhões. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

## **Eventos subsequentes**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.2, em 07/02/2017 foi decretada a falência de Brasil Foodservice Manager S.A. – BFM e Porcão Licenciamentos e Participações S.A., ambas as sociedades indiretamente controladas pela Brasil Alimentos S.A. - Brazal, investida do FP2, Fundo de Investimento em Participações em que o SERPROS é cotista. A ação foi autuada sob o nº 0411258-46.2014.8.19.0001 e está em curso perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, atualmente sob sigilo de justiça. O SERPROS não foi intimado diretamente, ou mesmo informado pelo administrador do fundo que investe na controladora indireta das sociedades falidas, e teve ciência do caso e acesso as informações respectivas pela mídia. Ainda que o caso esteja sob sigilo judicial, estão em análise os efeitos da decretação de falência sobre as ações judiciais em que SERPROS é parte, não tendo sido identificadas, conforme informações ora disponíveis, consequências diretas ao SERPROS. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido as suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, quanto ao Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito decorrente da decretação de intervenção no SERPROS, constituindo-se em limitação na execução de nossos exames.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.**

A administração do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017.



UHY MOREIRA – AUDITORES  
CRC RS 3717 S RJ  
HERALDO S. S. DE BARCELLOS  
Contador CRC RS 11609 S RJ  
CNAI Nº 43  
Responsável Técnico